

INSTITUTO SUPERIOR ANÍSIO TEIXEIRA

Lívia do Amaral Pessanha

CYBERBULLYING E ESCOLA: O QUE SABEM OS PROFESSORES

São Gonçalo – RJ
2017

Lívia do Amaral Pessanha

CYBERBULLYING E ESCOLA: O QUE SABEM OS PROFESSORES

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Letras Português-Inglês do Instituto Superior Anísio Teixeira – ISAT como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Letras Português-Inglês.

Orientador: Prof. M.^e José Manuel da Silva

São Gonçalo – RJ
2017

Lívia do Amaral Pessanha

CYBERBULLYING E ESCOLA: O QUE SABEM OS PROFESSORES

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Letras Português-Inglês do Instituto Superior Anísio Teixeira – ISAT como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Letras Português-Inglês.

Orientador: Prof. M.^e José Manuel da Silva

Prof. M.^e José Manuel da Silva – ISAT

São Gonçalo, RJ, 17 de julho de 2017.

AGRADECIMENTOS

O resultado deste trabalho foi em grande parte o produto do apoio que tive nos bastidores. Por isso, minha gratidão, em primeiro lugar, aos meus pais, Sérgio Luiz e Tereza, e irmã, Thais. Preciso agradecer também aos meus amigos, que estiveram presentes em todo o processo, encorajando e me suportando. Ao meu orientador, Professor Mestre José Manuel da Silva, um “muito obrigada” em especial destaque, pois acreditou em meu potencial durante todo o processo.

Finalizo este trabalho de maneira diferente de como comecei. Já é percebida a diferença em minha vida, resultado da contribuição intelectual e pessoal que obtive neste período.

Imagine all the people
Living life in Peace
(LENNON, 1971).

O cyberbullying é um reflexo perfeito dessa cultura embasada na insensibilidade interpessoal e na total ausência de responsabilidade e solidariedade coletiva. (SILVA, 2015, p. 144).

RESUMO

É sabido que as diversas relações entre seres humanos podem ser conflitantes, pois as disputas por poder e liderança resultam em comportamentos hostis. Recentemente, estudos voltaram-se para a violência e o desequilíbrio de poder em relações dentro da escola; esta prática recebeu o nome de *bullying*. Com as novas tecnologias, essa violência passa a fazer parte do mundo digital e usa os espaços midiáticos como cenário. O presente trabalho tem por objetivo conceituar de maneira breve o *cyberbullying* e como ele ocorre. A conclusão dos estudos da autora deste trabalho é de que os professores precisam receber maiores instruções acerca do assunto, para saber como proceder em relação ao *cyberbullying*.

Palavras-chave: bullying. cyberbullying. escola. vítima. agressor.

ABSTRACT

It is well known that the various relationships between human beings can be conflicting because disputes about power and leadership result in hostile behavior. Recently, studies have been concluded about violence and power imbalance in relationships within the school; this practice is called bullying. With the advances in technology, such violence becomes part of the digital world and uses media spaces as scenario. This work aims at briefly defining cyberbullying and how it occurs. The author of this work has come to the conclusion that teachers need to receive more information about this subject so as to know how to proceed in relation to cyberbullying.

Keywords: bullying. cyberbullying. school. victim. aggressor.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	147
2 O USO DA TECNOLOGIA POR ADOLESCENTES	149
2.1 A origem da internet.....	149
2.2 Conceitos de <i>Web 1.0</i> e <i>Web 2.0</i>	150
2.3 Jogos eletrônicos.....	152
2.4 Aparelhos celulares.....	154
3 BULLYING E CYBERBULLYING	156
3.1 <i>Bullying</i>	156
3.1.1 <i>Casos de Bullying</i>	158
3.2 <i>Cyberbullying</i>	159
3.2.1 <i>Casos de Cyberbullying</i>	161
4 IMPLICAÇÕES DO CYBERBULLYING	163
4.1 Aspectos legais.....	163
4.2 Aspectos comportamentais.....	166
4.3 Aspectos pedagógicos.....	168
4.4 Preconceito e discriminação.....	170
5 ANÁLISE DAS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO	172
5.1 Metodologia e amostra.....	172
5.2 Respostas às perguntas do questionário.....	175
6 CONCLUSÃO	197
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199
APÊNDICE	202

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo entender os limites éticos e legais da intervenção da escola nos casos de *cyberbullying* que envolvam alunos nela matriculados. Para isto, foi realizado, primeiramente, um levantamento bibliográfico que busca compreender esta prática.

O interesse pelo tema se originou quando a autora deste trabalho entendeu que a prática de *cyberbullying* vem se tornando cada vez mais comum; contudo, os estudos e as providências para este problema parecem não crescer na mesma proporção.

O trabalho se organiza da seguinte maneira: a primeira parte, compreendida pelos Capítulos 2, 3 e 4, pretende apresentar a teoria subjacente. A segunda parte, formada pelo Capítulo 5, busca analisar, de acordo com a bibliografia estudada, os dados obtidos em um questionário respondido por professores da rede particular e pública de ensino de Niterói e São Gonçalo, região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Inicialmente, no Capítulo 2, será apresentada a origem da internet e seu desenvolvimento até os dias de hoje, e como se dá o uso desta ferramenta na atualidade. Entender a internet e seu funcionamento auxilia o leitor a compreender como ocorre o *cyberbullying*, uma vez que estes espaços virtuais são o palco desta prática.

No Capítulo 3, com as referências da bibliografia estudada, serão conceituados o *bullying* e o *cyberbullying*, e quais são os atores destas práticas. Além disso, serão mencionados casos reais de *bullying* e de *cyberbullying*.

Para uma compreensão mais aprofundada, torna-se fundamental apontar alguns aspectos do *cyberbullying*, tais como aspectos comportamentais (das vítimas e agressores); aspectos legais, verificando-se como as leis amparam as vítimas e responsabilizam os praticantes; aspectos pedagógicos, apresentando como o trabalho dos professores pode contribuir para resolver o problema; e aspectos discriminatórios, mostrando como o preconceito e a discriminação podem ser a origem de muitos casos. Estes aspectos serão trabalhados no Capítulo 4.

Deve-se ressaltar que cada aspecto pode ser exaustivamente explorado, levando a um trabalho muito aprofundado. Contudo, esse aprofundamento não é o objetivo deste trabalho. Pretende-se apenas que os conceitos de *bullying* e

cyberbullying ganhem contornos dos principais aspectos, para se entender melhor o assunto.

Para satisfazer o objetivo do trabalho, foi aplicado um questionário a professores, que busca, principalmente, entender se eles têm conhecimento dos conceitos de *bullying* e *cyberbullying*, e se trabalham preventiva ou reativamente em relação a estas práticas. Estes questionários foram respondidos por 20 professores da rede pública e particular das cidades de Niterói e São Gonçalo, na região Metropolitana do Rio de Janeiro. As respostas serão analisadas à luz de toda a literatura pesquisada para a realização deste trabalho. Esta análise será apresentada no Capítulo 5 deste trabalho.

Por fim, serão apresentadas as conclusões do trabalho.

Espera-se que este trabalho contribua para que os professores se conscientizem de que o seu trabalho pode ser desenvolvido com algumas medidas simples que podem evitar grandes problemas causados pelo *cyberbullying*.

2 O USO DA TECNOLOGIA POR ADOLESCENTES

Atualmente, a internet é um recurso tecnológico presente na vida da maioria das pessoas, sobretudo os adolescentes. A possibilidade de acessar a rede de computadores por meio de *smartphones* e *tablets* (que se tornaram mais acessíveis financeiramente à população) contribuiu para o aumento do número dos internautas. No convívio em sociedade, as relações comerciais, trabalhistas, educacionais e sociais acontecem com o suporte desta rede, que consegue transferir dados quase simultaneamente entre lugares distantes. Pode-se dizer que a humanidade chegou a tal ponto que é impossível imaginar a vida sem a internet.

2.1 A origem da internet

Para maior entendimento sobre a origem da internet, Lima (2011, p. 21) relata que esta surgiu na década de 1950, a partir de estudos sobre telecomunicações, por parte de algumas instituições de pesquisa dos Estados Unidos e Inglaterra, principalmente da Advanced Research Projects Agency (ARPA). Estes estudos tinham fins acadêmicos, pois se desejava uma melhoria no sistema de telecomunicações entre as instituições de ensino superior, já que era muito complicado transportar dados de um computador a outro. O que dificultava a transferência de dados, em primeiro lugar, era o tamanho dos computadores dessa época; em segundo lugar, seu custo exorbitante. Neste cenário:

[...] os pesquisadores tinham de ir de avião de uma região à outra, carregando partes de componentes das máquinas para que os dados produzidos fossem transferidos aos equipamentos utilizados em outra instituição de ensino superior, o que, certamente, muito dificultava o intercâmbio de pesquisas, ideias e trabalhos acadêmicos. (HAFNER; LYON, 1996 apud LIMA, 2011, p. 22).

Além disso, cada computador tinha sua própria linguagem de programação. Isto praticamente tornava impossível as transferências de dados entre os computadores das instituições de ensino superior, atravancando o desenvolvimento científico.

Na década de 1970, os norte-americanos continuaram as pesquisas, incorporando o sistema de telefonia de seu país na rede de computadores. Lima (2011) cita que, em 1972, “pesquisadores reunidos em uma Conferência

Internacional de Comunicação por Computadores, em Washington, conseguiram, pela primeira vez, transmitir um pacote de dados de um computador a outro”. (p. 24). Contudo, ainda segundo Lima (2011), a primeira troca de e-mails entre provedores comerciais só aconteceu em 1989, nos Estados Unidos, o que caracterizou o início da internet comercial. (p. 24).

No Brasil, os primeiros esforços no sentido de integrar esta rede de telecomunicações aconteceram no início da década de 1990. Segundo Lima (2011):

[...] o Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) começou a participar desta rede. Nesse mesmo ano [1990], a Secretaria Especial de Informática (SEI), órgão vinculado ao Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República, foi transferida para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Em 1991, o acesso do País ao sistema Internet foi estendido pela FAPESP a um número pequeno de instituições universitárias de pesquisa nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. (p. 25).

Desde o seu início, a internet sofreu inúmeras transformações, que se manifestaram por meio dos conceitos de *Web 1.0* e *Web 2.0*, que serão resumidamente apresentados em seguida.

2.2 Conceitos de *Web 1.0* e *Web 2.0*

O conceito de *Web 1.0* surgiu na década de 1990, com uma linguagem de hipertexto¹ nas páginas da *web*. Isso foi possível através do Hyper Text Markup Language (HTML), que tornou as páginas da internet mais agradáveis, mas o usuário ainda não conseguia interagir. Os primeiros navegadores que colocaram informações à disposição de todos por meio da internet foram Netscape e Internet Explorer.

Mais adiante, em 2004, surgiu o conceito de *Web 2.0*, também conhecida como *web social* ou *participativa*. Este termo refere-se ao “conceito de serviços de *web* e novos tipos de aplicação de *software* que permitem aos usuários colaborar [...] desenvolvendo, avaliando, comentando ou distribuindo conteúdos”. (OCDE, 2007 apud LIMA, 2011, p. 27). Assim, surgem diversos *sites* conhecidos, como o

¹ Hipertexto é uma abordagem da gestão de informação na qual os dados são armazenados em uma rede de nós conectados por ligações. Os nós podem conter textos, gráficos, áudio e vídeo, bem como programas de computador ou outras formas de dados. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7969/1/ARTIGO_HipertextoVisaoGeral.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2016.

YouTube, o My Space, o Orkut, o Facebook, o Instagram, dentre outros. Matos apresenta o conceito de *Web 2.0* definido por Tim O'Reilly como:

A mudança para uma Internet como plataforma, e um entendimento das regras para obter sucesso nesta nova plataforma. Entre outras, a regra mais importante é desenvolver aplicativos que aproveitem os efeitos de rede para se tornarem melhores quanto mais são usados pelas pessoas, aproveitando a inteligência coletiva. (O'REILLY, 2005, p. 2 apud MATOS, 2012, p. 80).

No contexto da *Web 2.0*, os usuários são capazes de criar e compartilhar facilmente arquivos com outros indivíduos, pois inúmeras ferramentas estão disponíveis na rede, em sua maioria gratuitas e de interface pouco complexa. Desta forma, conclui-se que a internet resulta em um espaço em que se encontram dados gerados por pessoas das mais variadas culturas, costumes e tradições. Contudo, a ética de conduta no ambiente virtual (sobretudo nas redes sociais) ainda não está internalizada pela maioria das pessoas. Desta maneira, essas redes são muito utilizadas com finalidades hostis.

Aliado ao novo cenário da *Web 2.0*, temos o fato de que o uso dos *smartphones* se popularizou nos últimos anos em todo o mundo, democratizando o acesso à internet. Os telefones celulares dispõem de muitas funções em um mesmo aparelho, que, além de serem portáteis (garantindo a mobilidade dos indivíduos), substituem um computador no sentido da capacidade de realizar tarefas. Estes atrativos somados ao valor de compra destes produtos tornaram-no:

[...] o principal representante da chamada convergência tecnológica [...] O fato de tal aparelho agregar diferentes características em um único produto, a um custo e tamanho mais acessíveis à população [...] se comparado com o computador, por exemplo, justifica por que ele acabou se tornando um utilitário indispensável à juventude. (WAGNER et al., 2009, p. 49).

Para aqueles indivíduos que não possuíam computadores, *smartphones*, *tablets* ou *notebooks*, foram criadas as *lan houses* (também conhecidas como *cyber cafés*), que são espaços comerciais que oferecem computadores e acesso à internet, mediante a cobrança de um valor previamente acordado.

Com a popularização da internet, começam a surgir os primeiros *chats* (salas de mensagens instantâneas, ou bate-papo), como, por exemplo, Aol Instant Messenger, MSN Messenger e ICQ. Paralelamente, surgem as primeiras redes sociais, como por exemplo, a Sixdegrees, que foi a “primeira rede social que permitiu

a criação de um perfil virtual, bem como a publicação e listagem de contato”. (MATOS, 2012, p. 89).

Nos primeiros anos do século XXI, continuaram surgindo redes sociais, como a Friendster, em 2002, que registrou “mais de três milhões de usuários cadastrados”. (MATOS, 2012, p. 89). Outra rede social muito conhecida surgiu em 2003, a My Space, totalmente interativa, com espaços para músicas, fotos e um blog.

Outras redes sociais famosas, como o Orkut, o Facebook e o Twitter, só puderam surgir com a *Web 2.0*. Matos aponta que:

[...] o grande “Boom” das redes sociais aconteceu em 2004 com a chegada da web 2.0 [...] Criado pelo engenheiro turco e funcionário do Google chamado Orkut Buyukkokten, ele que levaria seu nome à rede social, criou o Orkut (2004) [...] No mesmo ano outra rede social era criada [...] o Facebook. No ano de 2006, criado pela Obvios Corp, seria lançada a rede social Twitter. (MATOS, 2012, p. 90).

No ano de 2005, Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim construíram uma plataforma para criação e visualização de vídeos, sem a necessidade de *downloads* de nenhum tipo de programa. Através desta tecnologia, chamada Flash, o internauta conseguia visualizar o vídeo disponível na plataforma apenas com o uso do navegador do computador (*browser*). Esta plataforma recebeu o nome de YouTube (LIMA, 2011, p. 30).

Em suma, a internet hoje em dia ocupa um lugar de extrema importância na vida das pessoas de todas as idades e classes sociais. É inegável que a escola está inserida neste universo digital e que os alunos têm acesso às ferramentas da internet. Por isso, faz-se urgente o estudo de como o *cyberbullying* se apropria dessas mídias para disseminar conflitos muitas vezes anônimos.

2.3 Jogos eletrônicos

O primeiro jogo eletrônico foi criado em 1958 pelo físico Willy Higinbotham e recebeu o nome de Tennis Programing. Era processado por um computador analógico e era muito simples: não havia placar, e o seu gráfico contava com uma bola, formada por um quadrado e uma rede, formada por uma linha que dividia a tela.

Em 1961, pesquisadores do Massachusetts Institute of Technology (MIT) criaram o Spacewar!, com a guerra espacial usada como temática do jogo. Apesar

de o gráfico ser muito pobre, o jogo foi um sucesso na época. Tanto que o engenheiro Ralph Baer ficou entusiasmado e criou uma máquina que possibilitava que os jogos rodassem em aparelhos de televisão, em 1966.

Os fliperamas surgiram em 1971, por meio de uma máquina que foi desenvolvida pelo engenheiro Nolan Bushbell. Essa máquina recebeu o nome de Computer Space e consistia de um monitor e controles analógicos fixos em sua estrutura para dois jogadores. Contudo, estas máquinas custavam muito caro, sendo vendidas nos Estados Unidos apenas 1.500 unidades.

Nesse contexto, surgiu a empresa Atari, que pretendia desenvolver jogos para fliperamas. Em 1972, a Atari lançou o Pong, um jogo muito simples e que fez muito sucesso pela sua facilidade de jogar.

Mais adiante, em 1981, surgiu o Donkey Kong, produto da empresa Nintendo. Uma década depois, surgiu o Street Fighter I, que utilizava a técnica de animação por *sprites*. Cada “*sprite* é um conjunto de fotos que dão impressão de movimento do personagem”. (BATISTA et al., 2007).

Um ano depois, a Acclaim lançou o Mortal Kombat, que tinha “seu modelo de animação por captura de movimentos e digitalização subsequente, ou seja, imagens de atores foram digitalizadas e animadas para a ação”. (CLUA; BITTENCOURT, 2005 apud BATISTA et al., 2007).

Essas foram as primeiras décadas dos jogos de *videogames*, ou consoles, que consistem nos:

[...] próprios aparelhos de *videogame*, desenvolvidos para o uso doméstico, que, conectados a um aparelho de televisão, exibem um jogo, armazenado em cartucho ou CD-ROM, no qual o jogador interage, tentando vencer os desafios propostos pelo jogo. (BRESCIANI, 2001 apud BATISTA et al., 2007).

Neste contexto de produção de consoles, os avanços tecnológicos possibilitaram a combinação dos jogos e da internet. Mais precisamente, em 1998, a Sega lançou o DreamCast, que vinha com um *modem* embutido, permitindo o acesso à internet e, conseqüentemente, o acesso a jogos *on-line*.

O ato de jogar resulta na maximização da atenção do jogador ao conteúdo do jogo, tornando o “videogame uma das formas mais imersivas de mídia”. (KLIMMT et al., 2009 apud BARCELOS, 2010). Ou seja, as pessoas sabem que estão recebendo

estímulos artificiais daquele jogo que reproduz um ambiente fantasioso, mas elas respondem como se estivessem em um ambiente real.

Além do entretenimento, os adolescentes jogam os jogos eletrônicos para saciar as necessidades de competição, controle, socialização e de expressão. A sensação de anonimato encoraja os jogadores a se expressarem de maneiras que não utilizariam no contexto real, tanto em relação a sua aparência, quanto ao seu gênero ou a sua idade. Muitos jogos trazem ferramentas gráficas para a criação do *avatar* do jogador, que insere características físicas de acordo com a sua vontade, podendo a imagem do *avatar* não corresponder com a sua própria imagem.

Como há relação interpessoal nos ambientes de jogos virtuais, também há prática de *cyberbullying*. Desta maneira, este ambiente também se configura como um espaço onde os agressores depreciam, humilham, difamam ou aterrorizam uma pessoa ou um grupo.

2.4 Aparelhos celulares

Os telefones celulares são os aparelhos que, atualmente, concentram muitas funções tecnológicas, além de sistemas operacionais, conferindo-lhes praticidade; por isso, são chamados de *smartphones*. Se comparados a computadores, os *smartphones* são mais baratos, portáteis e conseguem realizar as mesmas funções, sendo indispensáveis para a juventude. Para os adolescentes, possuir um aparelho destes pode garantir certo *status* perante o grupo a que pertencem. Nesta perspectiva, o aparelho deixa de ser um instrumento de comunicação e se torna um objeto de desejo.

Além disso, “querer ficar longe dos pais e junto com os amigos é típico da fase da adolescência, que, entre outras características, é marcada por um constante movimento de busca por diferenciação e pertencimento”. (WAGNER et al., 2009, p. 54). Contudo, geralmente quem financia o aparelho e seu uso são os pais, o que não garante que os filhos queiram trocar informações sobre os aparelhos com eles. Na verdade, os adolescentes preferem trocar informações sobre os aparelhos e suas tecnologias com seus colegas.

Um aspecto importante para o sucesso dos *smartphones* entre os adolescentes é a acessibilidade que ele oferece. Este recurso pode ajudar com a socialização dos adolescentes, tanto permitindo a troca de mensagens com os

colegas, quanto participando das redes sociais ou jogos *on-line*, acompanhando as atualizações das mesmas de qualquer lugar.

É justamente a facilidade em acessar a internet que pode incentivar alguns adolescentes a praticarem o *cyberbullying*. Especialmente se o uso do celular não for fiscalizado por um adulto, o agressor pode atuar em casa ou na escola, livremente. Por isso, é necessário que pais, professores e educadores promovam uma educação do uso consciente da internet e das tecnologias para que haja bom senso e ética.

3 BULLYING E CYBERBULLYING

É sabido que as relações entre os seres humanos podem, em algum momento, ser marcadas por conflitos, provocações ou intimidações. Isso porque “somos seres essencialmente sociais, e onde há relações interpessoais sempre haverá disputa por liderança e poder”. (SILVA, 2015, p. 159).

Quando os conflitos, as provocações ou as intimidações tornam-se repetitivos, no ambiente escolar, acontece o *bullying*. Este fenômeno vem tomando proporções cada vez maiores com o passar dos dias, tanto que, de tempos em tempos, os jornais noticiam catástrofes como a de Realengo².

A palavra *bully* tem origem inglesa e significa “brigão, fanfarrão, valentão, tirano [como substantivo]. Como verbo [...], significa tiranizar, oprimir, ameaçar, amedrontar, intimidar, maltratar”. (VALLE, 2011, p. 1).

Os ataques podem se manifestar de várias formas que serão detalhadas neste trabalho, inclusive no espaço virtual (a internet), fenômeno que recebe a denominação de *cyberbullying*. Nesta categoria, o agressor utiliza “mensagens de texto do celular, câmeras, ou o computador por meio de redes sociais, sites de vídeo, e-mails com o objetivo de depreciar, humilhar, difamar, fazer ameaças e aterrorizar uma pessoa ou um grupo escolhido como alvo”. (MALDONADO, 2011, p. 62).

Tanto o *bullying* quanto o *cyberbullying* trazem consequências para as vítimas, podendo causar prejuízo em sua formação psicológica, cognitiva e social. A seguir, os temas serão abordados com maior rigor, propiciando maior compreensão acerca do assunto.

3.1 Bullying

Acredita-se que o *bullying* sempre tenha ocorrido em escolas de qualquer região do planeta, porque o ser humano pode apresentar um comportamento hostil, independente da cultura em que o indivíduo tenha se desenvolvido. Sendo assim, esta prática acontece em qualquer contexto social, em escolas públicas ou

² Em abril de 2011, Wellington Menezes entrou na Escola Tasso da Silveira, onde estudou, situada em Realengo (Rio de Janeiro) e atirou contra os alunos, matando 12 adolescentes, ferindo 25 e cometendo suicídio depois. Uma hipótese para a motivação do crime é que Wellington teria sofrido *bullying* naquela escola. (MATOS, 2012, p. 122).

particulares. Justamente por sempre ter existido o *bullying*, há uma tendência de as pessoas acreditarem, equivocadamente, que se trata de um comportamento normal (inerente a crianças e adolescentes), logo, tolerável.

O *bullying*, em geral, refere-se à prática de violência física ou psicológica de forma repetitiva contra uma vítima, o que pode lhe causar danos psicológicos muito graves e inclusive danos materiais. Esmiuçando seu conceito, pode ser considerado como “um comportamento cruel intrínseco nas relações interpessoais, em que os mais fortes convertem os mais frágeis em objetos de diversão e prazer”. (FANTE, 2011, p. 29). Nesta perspectiva, Valle (2011) explica que a palavra “*bullying* vem do substantivo e do verbo da língua inglesa, *bull* – touro, e *to bull*, agredir, intimidar, amedrontar etc”. (VALLE, 2011, p. 17). Para Silva (2015, p. 19), o termo qualifica os “comportamentos violentos no âmbito escolar [...]. É fundamental explicitar que as atitudes tomadas por um ou mais agressores contra um ou alguns estudantes geralmente não apresentam motivações específicas ou justificáveis”.

Em 1983, no norte da Noruega, três crianças, entre 10 e 14 anos, que eram submetidas a situações de maus-tratos pelos colegas, cometeram suicídio (FANTE, 2011, p. 45). Essa tragédia foi amplamente divulgada através dos meios de comunicação daquele país, e o Ministério da Educação da Noruega decidiu pela promoção de uma campanha nacional contra os conflitos entre agressores e vítimas.

Embora estes suicídios noruegueses tenham incentivado a campanha de prevenção do fenômeno *bullying*, desde a década de 1970, na Universidade de Bergen (Noruega), já estava em curso um estudo direcionado ao assunto, por Dan Olweus. Nesse cenário, Olweus “desenvolveu os primeiros critérios para detectar o problema de forma específica, permitindo diferenciá-lo de outras possíveis interpretações”. (FANTE, 2011, p. 45).

Assim, o *bullying* é um fenômeno específico que ocorre entre alunos de várias faixas etárias e não se confunde com nenhum outro, pois suas características são bem descritas. Olweus concluiu que “uma pessoa sofre Bullying quando ela está exposta repetidamente e ao longo do tempo, a ações negativas (agressões) por parte de uma ou mais pessoas, e ela tem dificuldades em se defender a si mesmo”. (OLWEUS apud MATOS, 2012, p. 29).

Quando se manifesta o *bullying*, os envolvidos dividem-se em: vítimas, agressores e plateia. Os agressores escolhem a vítima por motivos diversos, mas geralmente os alvos são crianças e adolescentes mais fracos, isolados, que

apresentam características incomuns e geralmente não conseguem se defender. O *bullying* permite que os agressores acompanhem em tempo real o sofrimento das vítimas através das reações e expressões faciais. Para Maldonado:

A maioria dos agressores parece ter sensores especiais para detectar quem pode sofrer seus maus-tratos e atender a suas necessidades de controle e dominação. As vítimas mais comumente escolhidas são crianças e adolescentes inseguros, tímidos, com dificuldades de comunicação e de construir relações de amizade; que não se encaixam nos padrões convencionais de beleza ou se vestem de modo muito diferente dos demais; que se sentem inadequados ou afetivamente carentes. (MALDONADO, 2011, p. 18).

A plateia é formada pelas testemunhas que observam as agressões sem tomar nenhuma ação para ajudar as vítimas, e estas não conseguem motivar esta plateia a atuar em sua defesa. Quase sempre, o espectador tem medo de oferecer ajuda e sofrer retaliações por parte dos agressores.

Existem situações em que uma criança identificada como vítima passa a atuar como agressora ou até como plateia, em outros ataques. Essa transição de um grupo a outro complica ainda mais a identificação dos ataques e das suas origens. Nesse sentido:

Não é útil ver a vítima como totalmente frágil nem considerar o agressor como um “fortão”: todos nós temos fragilidades e forças, competências e vulnerabilidades. O agressor [...] abusa da força física ou do poder de intimidação para ocultar sua insegurança e inabilidade de se relacionar; [...] a vítima se surpreende ao encontrar dentro de si a capacidade de se superar dos ataques e de fortalecer seus recursos para lidar com a situação. (MALDONADO, 2011, p. 15).

3.1.1 Casos de bullying

As vítimas de *bullying* podem reagir de várias maneiras, algumas desenvolvendo traumas psíquicos, como já mencionado. No entanto, existem pessoas que superaram os traumas, encontrando meios de resolver as questões relacionadas ao *bullying*. Essa característica é chamada de “resiliência”, que do ponto de vista do comportamento humano, “pode ser entendida como a capacidade que um indivíduo possui de transmutar sofrimento, dor, rancor, mágoa ou raiva em aprendizado”. (SILVA, 2015, p. 78).

Para exemplificar casos em que houve prejuízo psicológico para a vítima, Fante (2011, p. 31, 32, 34) relata os casos de João Paulo, Ana e outras crianças. O primeiro caso é de um garoto tímido e sensível, de 11 anos, que era atacado e não

conseguia se defender, sendo rejeitado pelos meninos. Ele acabou aproximando-se das meninas, ganhando o apelido de Bicha. No recreio, João Paulo era perseguido pelos colegas e sofria humilhações. Suas constantes faltas às aulas eram justificadas por dor de cabeça e insônia. A única coisa que ele queria era não ser mais alvo das humilhações. Já Ana foi vítima por causa de sua cor de pele, já que era a única menina negra de sua sala. Ela recebia diversos apelidos pejorativos e era excluída das brincadeiras. Ana ficava cada vez mais triste, chegando a esfregar a sua pele com água e sabão, desejando que sua pele ficasse limpa, pois seus colegas associavam a sua cor à sujeira.

Por outro lado, algumas crianças conseguem superar os traumas desencadeados pelo *bullying* e transformam suas vidas em carreiras de sucesso. Tal é o caso citado por Silva (2015, p. 93, 94, 95) do nadador norte-americano Michael Phelps, cujos professores na infância o julgavam como malcomportado e ele sofria constantes humilhações dos colegas por ser alto, magro e ter orelhas grandes. O malcomportamento do nadador era reflexo do transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), que foi diagnosticado ainda na infância, precisando de suporte de medicamentos para controle. Phelps reverteu todo o seu sofrimento em força e motivação nos treinos de natação.

Amanda (TODD, 2016), que atualmente possui um canal no YouTube chamado *Mandy Candy*³, foi uma criança que sofreu *bullying* na escola. Por ser uma mulher transexual, quando criança ainda tinha aparência de menino, mas o seu comportamento não condizia com o dos outros meninos. Era excluída e humilhada, principalmente pelos meninos. A pior fase em que sofreu *bullying* foi no Ensino Médio, quando chegou a ficar dois anos reprovada por falta, pois não tinha vontade de frequentar a escola.

3.2 Cyberbullying

O *bullying*, propriamente dito, ocorre em território escolar, mas o *cyberbullying* se materializa na internet, fora da escola. Para Silva (2015, p. 65), “tal fato [a prática do *bullying*] expõe não somente a intolerância às diferenças, como também dissemina os mais diversos preconceitos e a covardia nas relações interpessoais dentro e fora dos muros escolares”.

³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/mandyparamaiiores>>. Acesso em: 4 dez. 2016.

O *cyberbullying* é uma prática nova e, infelizmente, ainda não dispõe de muitos mecanismos suficientemente eficientes para inibir seu crescimento. Dessa forma, “estamos ainda colhendo os resultados das primeiras pesquisas sérias realizadas nesse campo”. (SILVA, 2015, p. 154).

Como as instituições educacionais devem se posicionar em relação a um fenômeno que acontece fora de seus muros, mas que atinge os estudantes em vários âmbitos, inclusive o âmbito educacional? Nesse sentido, Lima (2011) sugere que a escola contribua com o que diz respeito à prevenção do comportamento de risco *on-line*. Para a autora, é muito importante que os educadores desenvolvam campanhas preventivas e que valorizem o conhecimento do aluno, mas com a finalidade de desenvolver uma conduta de ética para o uso da internet.

Para garantir excelência da atividade profissional dos educadores, deve haver formação continuada, e eles devem compreender a contemporaneidade das coisas e das relações, objetivando relacionar-se de maneira positiva com o corpo discente. Desta maneira, Silva (2015, p. 60) esclarece que:

Seria um grande equívoco tentarmos transmitir aos jovens de hoje, de maneira mecânica, modelos e comportamentos ultrapassados que estiveram diretamente ligados a momentos sociais vivenciados por outras gerações. Muitos desses modelos não guardam mais nenhuma relação com as experiências cotidianas da atual geração e, por essa razão, estão destinados a desaparecer.

Outro agravante do *cyberbullying* é a plateia, formada pelas pessoas que compartilham e comentam as publicações, tornando o conteúdo ainda mais conhecido na rede. Segundo Maldonado (2011, p. 33), as pessoas da plateia repassam “mensagens difamatórias e fazem comentários sobre as fofocas e os boatos transmitidos pelos *sites* de relacionamento. [...] agindo desse modo, tornam-se coautores dessas agressões”.

O agressor pode praticar o *cyberbullying* com o objetivo de atacar não somente colegas de classe, mas também professores e outros funcionários da escola. Isso torna ainda mais urgente o posicionamento da escola na educação e a conscientização das consequências dos atos criminosos na vida das pessoas envolvidas. Maldonado defende a importância deste posicionamento, sobretudo no aspecto legal. A autora considera:

[...] muito importante que as escolas trabalhem o tema do *cyberbullying*, dando os esclarecimentos pertinentes sobre os aspectos legais. Isso faz com que agressores em potencial pensem duas vezes antes de praticar esse tipo de ação. (MALDONADO, 2011, p. 68).

A internet pode causar uma falsa sensação de anonimato ao agressor, que muitas vezes foi vítima de *bullying* presencial e decide atacar o outro com essas ferramentas digitais. Pela crença do anonimato, os agressores “perdem os freios morais, se desinibem de tal forma que fazem agressões muito mais pesadas do que ousariam fazer cara a cara com as vítimas”. (MALDONADO, 2011, p. 64).

Lima (2011) elenca os principais sintomas físicos de quem sofre *cyberbullying*, chamando a atenção para a similaridade com os sintomas apresentados pelas vítimas de *bullying*, como dores de cabeça e pelo corpo, tonturas, náuseas, diarreia, enurese, excesso de sono ou insônia, pesadelos e perda de apetite. Segundo a autora, as vítimas também podem desenvolver gastrite, úlcera, bulimia, anorexia, rinite, obesidade e problemas de saúde mental, como ansiedade, pesadelos, pensamentos persecutórios, oscilação de humor, síndrome do pânico, psicoses, depressão e pensamentos suicidas.

3.2.1 Casos de cyberbullying

Matos (2012, p. 124, 125) cita o caso de uma menina chamada Megan, que tinha problemas de depressão, déficit de atenção e sobrepeso. Aos 13 anos de idade, ela finalmente conseguiu emagrecer e integrar o time de vôlei da escola; começou a sentir melhoras em sua autoestima. Resolveu romper uma amizade com uma amiga da vizinhança, que se vingou de Megan criando uma conta falsa para mandar recados através do perfil de Megan no Myspace. Sendo assim, a vizinha, sentindo-se triste, teve apoio de familiares e principalmente da sua mãe na criação da conta, que nomearam como Josh Evans. A solicitação de autorização de Josh foi bem recebida por Megan, pois a foto de identificação do perfil falso era de um menino bonito. A agressora mandava mensagens constantes depreciando e humilhando Megan através do perfil falso de Josh. Megan não conseguiu lidar com o caso e se suicidou, em 2006.

Amanda Michelle Todd (TODD, 2016) era uma adolescente canadense que cometeu suicídio motivado por *cyberbullying*. A agressão foi cometida por um menino que detinha imagens íntimas de Amanda, conseguidas através de um chat,

quando conversavam através da *web cam*. O menino começou a perseguir a vítima e chantageá-la para que ela mostrasse novamente seu corpo para ele, sob a ameaça de divulgar as imagens que já tinha na internet. Como prometido, ele divulgou as imagens, Amanda mudou-se de cidade para fugir do constrangimento que estava passando em sua escola e redondezas. O agressor perseguiu Amanda em sua nova escola e manipulou os novos amigos dela, tornando-os inimigos. Em setembro de 2012, Amanda publicou um vídeo no YouTube, intitulado *My Story: Struggling, bullying, suicide and self harm*, contando sua história através de cartões, e se suicidou pouco tempo depois.

4 IMPLICAÇÕES DO *CYBERBULLYING*

Neste capítulo serão abordados, de maneira breve, os aspectos legais, comportamentais, pedagógicos e discriminatórios. É possível aprofundar-se em cada um desses aspectos, promovendo uma reflexão exaustiva sobre os temas, mas o trabalho pretende apresentar alguns dos diversos aspectos que o *cyberbullying* pode apresentar.

Estas implicações devem ser de conhecimento dos professores e todos os profissionais que trabalhem nas escolas, pois, tendo um conhecimento, mesmo que superficial sobre estes aspectos, estes profissionais conseguem atuar da melhor maneira no cotidiano escolar, prevenindo ou solucionando os casos.

4.1 Aspectos legais

Esta sessão tem o objetivo de apontar os principais aspectos legais que implica a prática de *bullying* e *cyberbullying* aos atores envolvidos. Sendo assim, cada ator deve contribuir em um sentido: a escola deve zelar pelos seus alunos e garantir que o ambiente escolar esteja comprometido com a aprendizagem; os professores devem contribuir com o dever de garantir o bem-estar e a segurança dos alunos, além de promover trabalhos que eduquem os alunos no sentido de respeitarem o outro; os alunos devem agir com responsabilidade e respeito ao próximo; os pais e familiares devem dar apoio e garantir, entre muitas coisas, o direito à vida.

A Lei do Bullying (Programa de Combate à Intimidação Sistemática), que foi aprovada em 6 de novembro de 2015, objetiva prevenir e combater a prática de *bullying* em toda a sociedade. De acordo com esta lei, a definição do *bullying* é:

[...] todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. (BRASIL, 2015).

Esta lei prevê que os professores e equipes pedagógicas sejam capacitados para a implementação de ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema. Uma vez que os professores e profissionais de educação têm consciência

desta exigência legal, podem buscar cursos de capacitação sobre o assunto para ficarem em consonância com a Lei do Bullying.

Esta mesma lei, em seu Artigo V, prevê que é dever não só dos estabelecimentos de ensino, mas dos clubes e agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, identificação e combate ao *bullying*.

A Lei do Bullying ou o Código Penal podem ser acionados judicialmente pela vítima para responsabilizar a escola ou o próprio agressor. Isso porque “o bullying pode estar associado a diversas causas e não se confunde com o ato praticado. O fenômeno ultrapassa os limites da percepção isolada que pode receber um tratamento penal [...] percebido no Código Penal Brasileiro”. (LEÃO, 2010).

No ano anterior à publicação da Lei do Bullying, em 2014, foi decretada a Lei 12.965, o Marco Civil da Internet, que assegura a todos em seu artigo II, inciso II “os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais”. (BRASIL, 2014).

O Marco Civil da Internet também garante a “inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. (BRASIL, 2014). Ou seja, em casos de *cyberbullying*, as vítimas podem recorrer judicialmente a esta lei para assegurar seus direitos.

Muito antes, em 1948, foi publicada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consequência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. (ONU, 1948).

Este mesmo documento assegura a todo ser humano, em seu Artigo III, o “direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. (ONU, 1948). E, ainda, em seu artigo V, prevê que “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”. (ONU, 1948).

Ainda tratando-se do âmbito legal, convém destacar que, em 1988, a Constituição Federal garantiu a prevalência dos direitos humanos. Além disso, seu artigo I, inciso III, assegura a dignidade da pessoa humana; defende a paz, em seu artigo IV, inciso VI; em seu artigo III, inciso IV, garante a promoção do “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. (BRASIL, 1988).

Ainda de acordo com a Constituição:

[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Artigo V – inciso I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Artigo V – inciso II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

Artigo V – inciso III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. (BRASIL, 1988).

Em relação à criança, ao adolescente e ao jovem, a Constituição, em seu artigo 227, estabelece que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Ou seja, todos são responsáveis pelas crianças, adolescentes e jovens. Neste sentido, o Estatuto da Criança e do adolescente, em seu artigo 17, esclarece que a garantia do respeito está na “inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias [sic] e crenças, dos espaços e objetos pessoais”, (BRASIL, 1990) além de estabelecer, em seu artigo 18, que “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. (BRASIL, 1990). Além disso, o estatuto garante que “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”. (BRASIL, 1990).

Ainda no Estatuto da Criança e do Adolescente, encontra-se em parágrafo único, o estabelecimento do direito dos pais ou responsáveis à ciência do processo pedagógico e participação da definição das propostas educacionais. (BRASIL, 1990). Ou seja, a escola deve manter um diálogo com os pais ou responsáveis pelos alunos, visando ao cumprimento desta lei.

As escolas particulares, como prestadoras de serviço, tornam-se responsáveis pelos atos de violência que ocorrem em seu território. E todos os alunos que sofrerem *bullying* ou *cyberbullying*, dentro da esfera escolar, sem que a instituição tenha tomado nenhuma providência, podem recorrer judicialmente

(representados pelos pais ou responsáveis) para garantir seus direitos que foram violados pelo mau funcionamento da instituição de ensino. Nesta perspectiva, Leão esclarece que:

A partir do momento em que uma escola particular recebe um estudante, ela torna-se responsável pela preservação da integridade física e psíquica do aluno, independente de culpa ou não, visto que a responsabilidade neste caso é objetiva, assim, ela irá responder pelos danos causados, ou seja, as agressões cometidas. (LEÃO, 2010).

A legislação brasileira é bastante abrangente, e o presente trabalho não tem como objetivo se aprofundar no âmbito legal, mas pretende demonstrar a existência de leis antigas e novas que podem ser aplicadas na proteção das vítimas do *cyberbullying*, na prevenção ou na solução do problema. Desta forma, cabe às escolas e aos professores estarem a par dessas legislações para que possam desempenhar apropriadamente o seu papel na formação de cidadãos.

4.2 Aspectos comportamentais

A tentativa de definir os aspectos comportamentais das pessoas que praticam *cyberbullying* é considerada uma tarefa difícil, primeiro porque existe o anonimato dos agressores, pois “os ataques efetuados contra as vítimas são virtuais, e neles a identidade do agressor não se torna pública”. (SILVA, 2015, p. 142). Além disso, porque as vítimas ou plateias que conseguem descobrir a identidade dos *bullies* virtuais não costumam denunciá-los, pois temem retaliações por parte dos agressores. (SILVA, 2015, p. 142).

Além destes fatores, Maldonado destaca que algumas crianças com comportamento exemplar, tanto na escola quanto no âmbito familiar, praticam o *cyberbullying* por acreditarem na garantia de anonimato, o que preservaria a sua imagem de crianças bem-comportadas. Segundo a autora:

Crianças e adolescentes “certinhos”, cujas famílias são rígidas e controladoras, são os que comumente agem dessa forma [agredindo fisicamente de modo discreto, afirmando que não foi de propósito], escondendo sua própria agressividade, atacando pelas mãos dos outros. No *cyberbullying*, em particular, é comum ver essa dupla face: no contato real, revela-se uma pessoa educada, bem-comportada, atenciosa com colegas e professores, dedicada aos estudos; no mundo virtual, revela o lado sombrio com uma agressividade mal canalizada, colocando em prática as fantasias que não ousa realizar no contato pessoal e atacando com requintes de crueldade, surpreendendo a todos quando é descoberto. (MALDONADO, 2011, p. 26-27).

Visando auxiliar a identificação dos agressores, Lima (2011) elenca alguns comportamentos observados, como desrespeito à hierarquia familiar; manipulação de pessoas para se livrar de confusões em que se encontram; comportamento dissimulado e arrogante; mudança repentina da tela do computador; uso de múltiplas contas de internet ou de contas de outrem; risos de forma excessiva ao usar o computador sem compartilhar o motivo do humor; ansiedade ao usar a internet; comportamentos hostis e agressivos em relação aos pais e outros familiares; consumo abusivo de álcool e cigarros. (p. 97-98).

Já em relação às crianças e adolescentes que sofrem os ataques de *bullying* ou *cyberbullying*, Maldonado descreve os sinais mais frequentes:

Perturbação ao ler uma mensagem de texto no celular; ansiedade ao usar o computador [...]; dificuldade de concentração nas aulas [...]; pedir para faltar às aulas e começar a se queixar de sintomas físicos [...] para não ir à escola ou para sair mais cedo; intensificação desse mal-estar no ambiente escolar, pedindo ou até mesmo implorando aos pais para trocar de turma ou de escola; volta da escola com sinais de ter sido fisicamente agredido [...]; mudanças de humor e comportamento mais agressivo [...]; começar a se isolar [...]; dificuldade para adormecer, acordar com pesadelos, perder o apetite ou, ao contrário, comer muito mais que o habitual, por ansiedade. E, sobretudo, dar mostras de baixa autoestima. (MALDONADO, 2011, p. 88-89).

É imprescindível que os educadores, a escola e os pais estejam atentos a estes comportamentos apresentados pelos adolescentes. Isso porque, a partir da identificação dos atores do *bullying* e *cyberbullying*, pode-se intervir, assertivamente, a tempo de evitar danos de ordem psicológica, moral ou física para os envolvidos. Segundo Silva:

As soluções mais eficazes ocorrem quando se estabelece uma parceria que envolva escola, os pais das jovens vítimas e os pais dos autores de maus-tratos. Todas as partes implicadas nesse processo precisam de orientação e ajuda e, muitas vezes, de encaminhamento a profissionais da área de saúde. (SILVA, 2015, p. 195).

Na próxima sessão, serão apresentados aspectos pedagógicos que orientam os professores a realizarem um trabalho com o objetivo de prevenir o *bullying* e *cyberbullying*, garantindo assim que a escola seja um ambiente de paz.

4.3 Aspectos pedagógicos

A escola tem um papel fundamental na prevenção do comportamento de risco *on-line*. Desta forma, os educadores devem desenvolver trabalhos que orientem os alunos visando à prevenção dos principais comportamentos de risco ao utilizar as tecnologias nos ambientes *on-line*. (LIMA, 2011, p. 124).

No mundo atual, não há como coibir o uso das tecnologias e internet pelos alunos. Por isso, faz-se urgente a orientação de como usar esses mecanismos de forma adequada. Shariff lembra da dificuldade de censura na internet e ressalta que os jovens devem ser informados sobre as “maneiras conscientes de utilização da ferramenta, para que, mesmo sabendo da existência de conteúdos inapropriados eles saibam realizar seus próprios julgamentos quanto a utilizá-los ou não”. (SHARIFF, 2011 apud SCHREIBER, 2015).

Os professores devem compreender que o *cyberbullying*, apesar de ser um fenômeno mais recente, vem sendo amplamente praticado pelos adolescentes de todas as classes sociais, tendo em vista a crescente acessibilidade das tecnologias por todos. Objetivando tornar possível a tarefa de identificação de vítimas de *bullying*, o pesquisador Dan Olweus elaborou algumas perguntas que os professores podem responder de acordo com o comportamento de cada aluno:

- Durante o recreio está frequentemente isolado ou separado do grupo, ou procura ficar próximo do professor ou de algum adulto?
 - Na sala de aula tem alguma dificuldade em falar diante dos demais, mostrando-se inseguro ou ansioso?
 - Nos jogos em equipe é o último a ser escolhido?
 - Apresenta-se comumente com o aspecto contrariado, triste, deprimido ou aflito?
 - Apresenta desleixo gradual nas tarefas escolares?
 - Apresenta ocasionalmente contusões, feridas, cortes, arranhões ou a roupa rasgada, de forma não natural?
 - Falta às aulas com certa frequência (absentismo)?
 - Perde constantemente os seus pertences?
- (OLWEUS apud FANTE, 2011, p. 75).

Compreendendo os impactos negativos do *bullying* e *cyberbullying*, os professores podem desenvolver programas *antibullying* nas escolas, visando à conscientização dos alunos, dos familiares e da comunidade escolar, com objetivo de reduzir a prática pelos alunos. De acordo com Santana (2011), “as estratégias *antibullying* devem ser trabalhadas pelos pais [...], e pelos educadores [...], desde as primeiras etapas de estudo da criança”. (p. 41).

Neste âmbito, Maldonado destaca que:

Os programas *antibullying* mostram-se eficientes quando são pensados como estratégias de longo prazo, a serem continuamente trabalhadas. Os programas bem estruturados envolvem os alunos, as famílias e toda a equipe escolar, incluindo inspetores, pessoal da cantina, motoristas e monitores de ônibus escolares [...] com o objetivo de mudar a cultura da escola e da família. (MALDONADO, 2011, p. 121).

Os programas *antibullying* realizados nas escolas promovem a conscientização dos alunos, familiares e comunidade como um todo a respeito dos aspectos que implicam o *bullying* e *cyberbullying*. Para possibilitar a implantação de um programa, Maldonado esclarece que “a estratégia a ser adotada na construção destes programas dependerá da realidade de cada escola. Convém utilizar os conceitos de prioridade e permeabilidade como guia neste planejamento estratégico”. (MALDONADO, 2011, p. 122).

Fante conta que, na cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 2002 e 2003, foi desenvolvido um programa *antibullying* pela Abrapia e a Petrobras Social, em 11 escolas. O objetivo era diagnosticar situações de *bullying*, identificar os tipos de maus tratos e os locais, a repercussão do *bullying* na escola, e avaliar a eficácia dos recursos de proteção utilizados. (FANTE, 2011, p. 89). A Abrapia apontou três premissas para a implantação de um programa *antibullying*:

- Não existem soluções simples para a resolução do *bullying*; o fenômeno é complexo e variável;
- Cada escola desenvolveria suas próprias estratégias e estabeleceria suas prioridades no combate ao *bullying*;
- A única forma de obtenção do sucesso na redução do *bullying* é a cooperação de todos os envolvidos: alunos, professores, gestores e pais. (FANTE, 2011, p. 89-90).

Maldonado conta que uma profissional que coordena mais de 30 escolas verifica uma sobrecarga de projetos para os professores, e decide implantar um projeto de protagonismo juvenil, onde os próprios alunos sensibilizam as equipes que trabalham nas escolas, os alunos e os familiares. (MALDONADO, 2011, p. 122). O projeto obteve um resultado positivo, pois, “quando os alunos são ouvidos e estimulados a serem proativos e colaboradores, geram ótimas ideias que reduzem a ocorrência de episódios de *bullying*”. (MALDONADO, 2011, p. 123).

Fante elaborou um programa *antibullying*, que nomeou “Programa Educar para a Paz”, que foi implantado em uma escola da rede pública da cidade de São

José do Rio Preto; é uma estratégia psicopedagógica que busca a intervenção e prevenção da violência nas escolas. (FANTE, 2011, p. 90).

Uma sugestão de enfrentamento é o professor promover uma discussão sobre o tema e elaborar com a ajuda dos alunos uma espécie de contrato que contenha regras de boa convivência. Assim, sempre que uma regra for descumprida, uma penalidade deve ser aplicada pelos educadores e os alunos devem refletir sobre a situação buscando sempre a construção da ética.

Outro ponto a ser trabalhado pelos professores para que a prática de *cyberbullying* seja reduzida, segundo Matos, é a educação “sentimental”:

É imprescindível nas escolas uma educação sentimental e emocional, pois sabe-se que ninguém nasce odiando outra pessoa por suas características de cor de sua pele, se é gordo ou magro, se usa óculos, apresenta sotaque ou por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar e a respeitar o próximo. (MATOS, 2012, p. 68).

Por fim, os professores devem se atualizar sempre quanto às questões referentes ao bom desempenho de sua função. Isso requer dedicação e curiosidade para que os assuntos sejam pesquisados e estudados. Desta forma, o professor desempenha suas funções com maior propriedade e consegue detectar os problemas dos seus alunos, com a correção do percurso, se necessário.

4.4 Preconceito e discriminação

O *cyberbullying* pode ser motivado pelo preconceito e pela discriminação. Apesar de a humanidade avançar tecnologicamente, ao longo da história, sempre que há interação entre seres humanos, há conflitos. Maldonado propõe que a revolução tecnológica deva acontecer junto a uma educação comportamental:

Toda essa revolução tecnológica precisa ser acompanhada por uma revolução da consciência: a de que somos uma grande família humana [...]. O olhar sistêmico mostra que temos condições de nos enriquecer com a diversidade; harmonizar as diferenças entendendo que nem sempre resultam em incompatibilidade; lidar com os conflitos que surgem das divergências para aproveitá-los como oportunidades e criar soluções satisfatórias para ambas as partes. (MALDONADO, 2011, p. 69-70).

Desta forma, faz-se necessária a compreensão de que o currículo escolar deve abranger, além das disciplinas tradicionais, previstas em seu conteúdo

programático, oportunidades para os professores trabalharem questões para os alunos desenvolverem suas relações interpessoais. Silva defende que:

Até bem pouco tempo atrás, o aprendizado do conteúdo programático era o único valor que importava e interessava na avaliação escolar. Hoje é preciso dar destaque à escola como um ambiente no qual as relações interpessoais são fundamentais para o crescimento dos jovens, contribuindo para educá-los para a vida adulta por meio de estímulos que ultrapassem as avaliações acadêmicas tradicionais [...]. (SILVA, 2015, p. 64).

Assim, as escolas devem combater amplamente a discriminação e o preconceito, tendo em vista uma educação atenta à diversidade cultural e étnica. Maldonado (2011) salienta que a violência dos preconceitos e da discriminação é a raiz principal dos episódios de *bullying* e de *cyberbullying*. (p. 73). Para Moreira e Candau, a escola deve problematizar os temas preconceito e discriminação. Assim sendo, segundo o autor:

Preconceitos e diferentes formas de discriminação estão presentes no cotidiano escolar e precisam ser problematizados, desvelados, desnaturalizados. Caso contrário, a escola estará a serviço da reprodução de padrões de conduta reforçadores dos processos discriminadores na sociedade. (MOREIRA; CANDAU, 2003).

A formação cultural e étnica brasileira é bastante diversificada e os professores devem trabalhar no sentido de promover uma interação cultural entre os alunos para a aceitação e valorização do outro.

Em suma, foram expostos neste capítulo implicações do *cyberbullying*. Caso o professor tenha conhecimento destes aspectos, ele será capaz de realizar “a identificação, o diagnóstico, a intervenção e o encaminhamento adequado de todos os casos ocorridos em suas dependências”. (SILVA, 2015, p. 182). Neste caso, não só estará agindo de acordo com as leis, como também garantirá que os alunos cresçam de forma saudável.

5 ANÁLISE DAS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO

Conforme mencionado no Capítulo 2, é impossível imaginar a vida sem a internet. Nota-se que as novas gerações já nascem inseridas neste ambiente informatizado, a tal ponto que as crianças e os adolescentes conseguem manusear com destreza as novas tecnologias. Assim, dissociar o uso da tecnologia do dia a dia da escola torna-se uma tarefa bastante improvável.

Este capítulo propõe investigar como os professores atuam frente a esse cotidiano educacional. Além disso, pretende entender se os professores possuem conhecimento em relação ao *bullying* e ao *cyberbullying*, e se empregam esses conhecimentos no seu dia a dia em sala de aula visando prevenir ou solucionar os casos.

5.1 Metodologia e amostra

Foram entregues 20 questionários a professores do Ensino Médio, sendo que 15 (75%) destes profissionais trabalham em instituições de ensino públicas, localizadas no município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro, e cinco (25%) em escolas particulares do município de Niterói, estado do Rio de Janeiro. No Gráfico 1, é possível visualizar a quantidade de professores da rede pública e da rede privada de ensino entrevistados.



Gráfico 1 – Total de professores participantes do questionário

Na Tabela 1 pode-se verificar a faixa etária dos professores que responderam os questionários. Dos 20 professores participantes, quatro estão entre 20 e 30 anos, representando 20% do total dos professores que responderam o questionário; nove

estão entre 31 e 40 anos, representando 45% do total; dois, entre 41 e 50 anos, representando 10% do total; e cinco acima de 51 anos, representando 25% do total.

Tabela 1 – Faixa etária dos professores que responderam o questionário

Faixa etária	Professores por idade	Porcentagem	Não respondentes
20-30	4	20%	0
31-40	9	45%	0
41-50	2	10%	0
≥ 51	5	25%	0
Total	20	100%	0

Na Tabela 2, verifica-se que, do total de entrevistados, oito (40%) são mulheres e 12 (60%) são homens.

Tabela 2 – Professores que responderam o questionário (homens / mulheres)

Sexo	Professores por sexo	Porcentagem	Não respondentes
Feminino	8	40%	0
Masculino	12	60%	0
Total	20	100%	0

Na Tabela 3, verifica-se que nove professores são graduados (45%), enquanto que 11 são pós-graduados (55%), não tendo o questionário sido respondido por nenhum professor com título de mestrado ou doutorado (0%). Tampouco responderam professores sem graduação (0%).

Tabela 3 - nível de escolaridade dos professores que responderam o questionário

Formação	Professores por escolaridade	Porcentagem	Não respondentes
Graduação	9	45%	0
Pós-graduação	11	55%	0
Mestrado	0	0%	0
Doutorado	0	0%	0
Sem graduação	0	0%	0
Total	20	100%	0

A Tabela 4 apresenta a quantidade de professores por série: quatro professores (20%) lecionam somente no 1º ano; dois professores (10%) lecionam

tanto no 1º quanto no 2º ano; um (5%), no 1º e 3º anos; e grande parte, 13 professores (65%), leciona no 1º, 2º e 3º anos. Não responderam ao questionário professores que trabalhem somente no 2º ou no 3º anos (0%).

Tabela 4 – Anos em que os professores lecionam

Anos	Professores por ano	Porcentagem	Não respondentes
Somente 1º ano	4	20%	0%
1º e 2º anos	2	10%	0%
1º e 3º anos	1	5%	0%
1º, 2º e 3º anos	13	65%	0%
Total	20	100%	0%

Em relação ao horário de trabalho, a maioria dos professores, 11 (55%), responderam que lecionam na parte da manhã e tarde; nove (45%) dos 20 professores lecionam apenas no turno da manhã; nenhum professor (0%) leciona no turno da noite. A Tabela 5 representa a distribuição de professores por turno.

Tabela 5 - Turnos em que os professores lecionam

Turno	Professores por turno	Porcentagem	Não respondentes
manhã	9	45%	0%
manhã e tarde	11	55%	0%
noite	0	0%	0%
Total	20	100%	0%

Não responderam o questionário professores que trabalhem no turno da noite, mas dos 20 professores, 11 trabalham nos períodos manhã e tarde, o que é muito positivo, pois estes têm a possibilidade de observar o comportamento dos alunos da manhã e da tarde (Tabela 5).

Outro fator observado no perfil do universo entrevistado, é que grande parcela deles (11 professores, 55%, Tabela 3) possui o título de Pós-graduação. Apesar de terem uma boa formação, este não é um fator determinante para que estejam qualificados para combater o *bullying* e *cyberbullying*, pois não foi especificado em que áreas estes professores fizeram suas especializações.

Na próxima sessão serão analisadas as demais respostas obtidas no questionário aplicado aos professores. Assim, será possível entender como eles

atuam em situações de *bullying* e *cyberbullying*, que estão presentes no cotidiano escolar.

5.2 Respostas às perguntas do questionário

As perguntas do questionário foram elaboradas com o intuito de verificar como os professores se posicionam frente ao *bullying* e ao *cyberbullying*. Assim, integram este questionário perguntas que objetivam entender o quanto o professor domina do assunto, e se busca inserir a prevenção e as tratativas do assunto em sua rotina de trabalho.

- **Pergunta 1: Você sabe o que significa *bullying*?**

O questionário inicia-se comprometido em saber se os professores sabem o que significa o *bullying*. Esta pergunta é bastante relevante, pois, apesar de o *bullying* não ser o objeto central de estudo deste trabalho, não é possível compreender o *cyberbullying* sem entender o conceito de *bullying*.

Do universo de entrevistados, em resposta à Pergunta 1, todos os 20 professores (100%) sabem o significado de *bullying*. O resultado está representado no Gráfico 2.

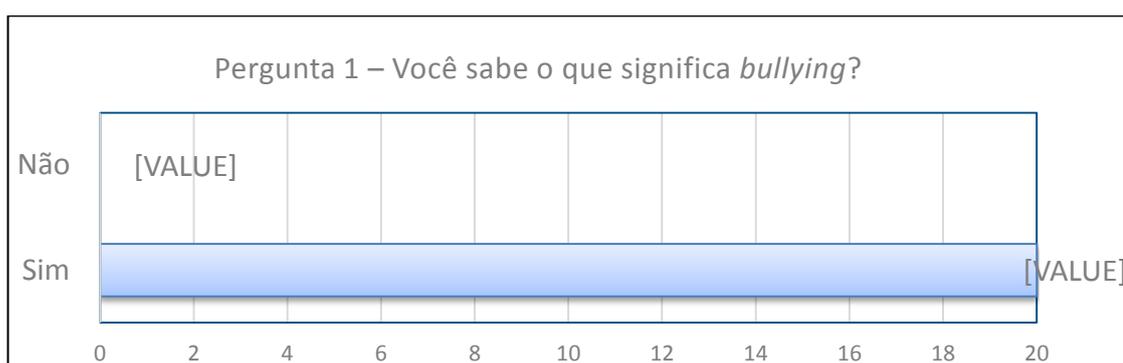


Gráfico 2 – Professores que sabem o significado de *bullying*

Levando-se em consideração que a totalidade dos entrevistados conhece o conceito de *bullying*, pode-se concluir que este conceito está presente na vida dos profissionais de educação. Estes profissionais podem ter recebido instruções adequadas sobre o assunto por meio de cursos ou educação continuada, ou o conhecimento pode ter sido adquirido por meio de pesquisas de interesse próprio.

Neste último caso, terá a bibliografia pesquisada sido suficiente para que o professor tenha conhecimento acerca do assunto? Em todos os casos, espera-se que eles tenham autonomia para solucionar os atos de *bullying* ou, na pior das hipóteses, saber como agir quando houver uma situação concreta.

- **Pergunta 2: Você sabe o que significa *cyberbullying*?**

A Pergunta 2 objetiva saber se o professor respondente conhece o significado de *cyberbullying*. Assim como na pergunta anterior, o total dos entrevistados (20 professores) sabe o significado de *cyberbullying*, o que demonstra que este conceito também está presente na vida dos professores. O Gráfico 3 representa o resultado desta pergunta.

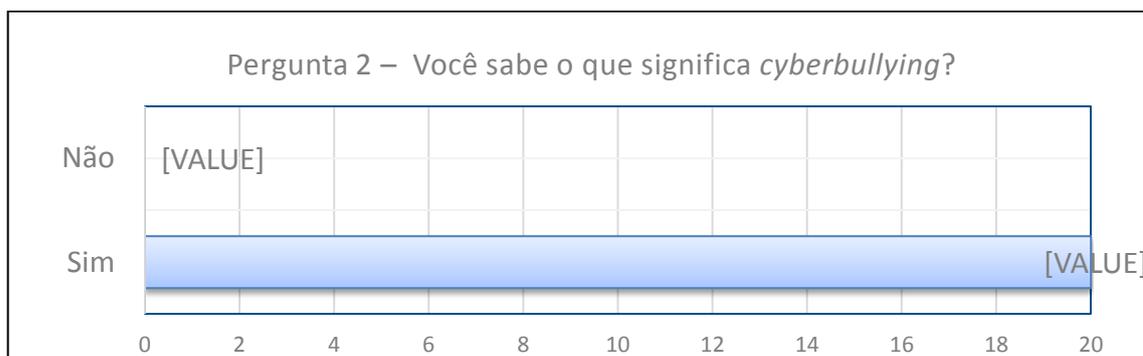


Gráfico 3 – Professores que sabem o significado de *cyberbullying*

O fato de a totalidade dos professores entrevistados conhecer o significado de *cyberbullying* sugere que o assunto é bastante conhecido. Sabe-se que o assunto vem ganhando destaque nos últimos tempos, então é provável que em um universo maior de professores esse conceito também esteja bem difundido.

Conhecendo o *cyberbullying*, os professores devem incentivar os alunos a usarem com responsabilidade e ética as ferramentas tecnológicas. Entretanto, primeiramente, os professores devem “aprimorar seus conhecimentos sobre os recursos de computação e internet a fim de aprender sobre as diversas possibilidades de violência através do mundo virtual”. (TEIXEIRA, 2010, p. 43). Assim, os professores terão o conhecimento necessário para abordar as questões relacionadas aos ambientes virtuais.

- **Pergunta 3: Você consegue identificar uma vítima de *bullying*?**

Quando questionados se conseguem identificar uma vítima de *bullying*, todos os entrevistados responderam positivamente. O Gráfico 4 representa a quantidade de professores (20) que respondeu positivamente à Pergunta 3 deste questionário.

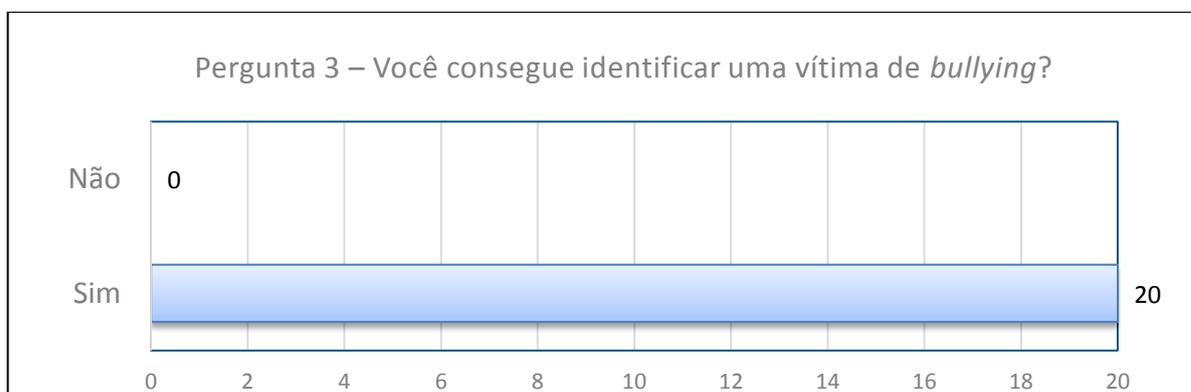


Gráfico 4 – Professores que conseguem identificar uma vítima de *bullying*

Conforme apresentado no Gráfico 2, todos os professores entrevistados conhecem o significado de *bullying*. Acredita-se que sabendo seu conceito, mesmo que minimamente, como ocorre e suas implicações, os professores têm condições de identificar as vítimas e trabalhar preventivamente nas escolas, ou, assim que for identificado algum aluno praticando *bullying*, podem intervir de forma eficaz na situação.

Para obter a confiança dos alunos vítimas de *bullying*, os professores devem abordar o tema com sensibilidade, mostrando disposição para solucionar o problema e que existem leis que o amparam. Conforme visto em 4.1, combater o *bullying* é papel de todos os cidadãos brasileiros (família, escola, sociedade). Agindo assim, estes atores exercem a sua cidadania e seguem as leis.

- **Pergunta 4: Você consegue identificar uma vítima de *cyberbullying*?**

Diferentemente das perguntas anteriores, na Pergunta 4, as respostas ficaram divididas entre os que conseguem identificar uma vítima de *cyberbullying*, que é a maioria, 11 professores (representando 55%), e os que não conseguem, nove professores (45%). O Gráfico 5 representa a quantidade de professores que responderam “sim”, em relação à quantidade dos que responderam “não”.

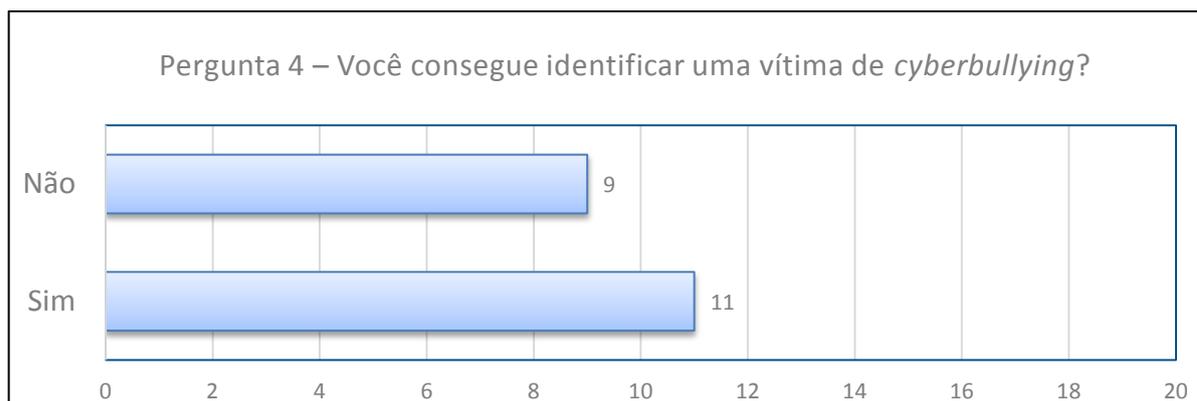


Gráfico 5 – Professores que conseguem identificar uma vítima de *cyberbullying*

Independente de sofrer *bullying* ou *cyberbullying*, as vítimas geralmente apresentam mudanças comportamentais. Segundo Maldonado (2011), “as mudanças de comportamento ‘falam’ aquilo que não está sendo expresso por palavras”. (p. 88). Para Lima, as principais consequências do *cyberbullying* para a saúde são muito parecidas com as do *bullying* tradicional, e ambas se caracterizam pelos altos índices de estresse apresentados pelas vítimas. (LIMA, 2011, p. 94). O comportamento das crianças e adolescentes pode ser um indicador de que precisam de ajuda.

O fato de 45% dos entrevistados (nove professores) não conseguirem identificar uma vítima de *cyberbullying* (Gráfico 5) demonstra a urgência de providências para que esses professores recebam maiores instruções sobre o *cyberbullying* e os problemas que ele desencadeia na vida das pessoas envolvidas.

Um fator que agrava a identificação das vítimas e o tratamento adequado é que muitas vezes a vítima deixa de contar o caso a algum adulto por temer maiores retaliações dos agressores. É justamente por isso que os professores devem ficar atentos ao comportamento dos alunos. Assim que identificada uma vítima, a família e a direção deverão ser comunicadas, para que, se necessário, denunciem o ocorrido às autoridades responsáveis, como Delegacia de Polícia, Ministério Público e Conselho Tutelar, exatamente como sugere Matos:

Nas situações mais extremas, é possível levar o problema a delegacias especializadas em crimes digitais. Para que os e-mails com ameaças possam ser tomados como prova, eles devem ser impressos, mas é essencial que também sejam guardados no computador para que a origem das mensagens seja rastreada. (MATOS, 2012, p. 112).

Contudo, os pais e responsáveis pelos alunos são as pessoas que possuem maior condição para identificar se estão sendo vítimas de *cyberbullying*. Neste âmbito, Santana explica que “no caso do *cyberbullying*, como o acesso à internet ocorre mais em casa [...], os pais ou responsáveis são quem tem mais condições para prevenir e/ou intervir nos acontecimentos”. (SANTANA, 2011, p. 79).

- **Pergunta 5: Você consegue identificar o(s) agressor(es) em caso de *bullying*?**

A Pergunta 5 objetiva saber se os professores conseguem identificar os agressores de *bullying*. Dos 20 professores respondentes, 19 professores (95%) responderam “sim” e um professor (5%) respondeu “não”. Praticamente a totalidade dos entrevistados consegue identificar os agressores. Isto é um fato muito importante, pois, novamente, possibilita aos professores a chance de intervir nas situações. O Gráfico 6 representa o número de respondentes que conseguem identificar agressores nestes casos em relação aos que não conseguem.

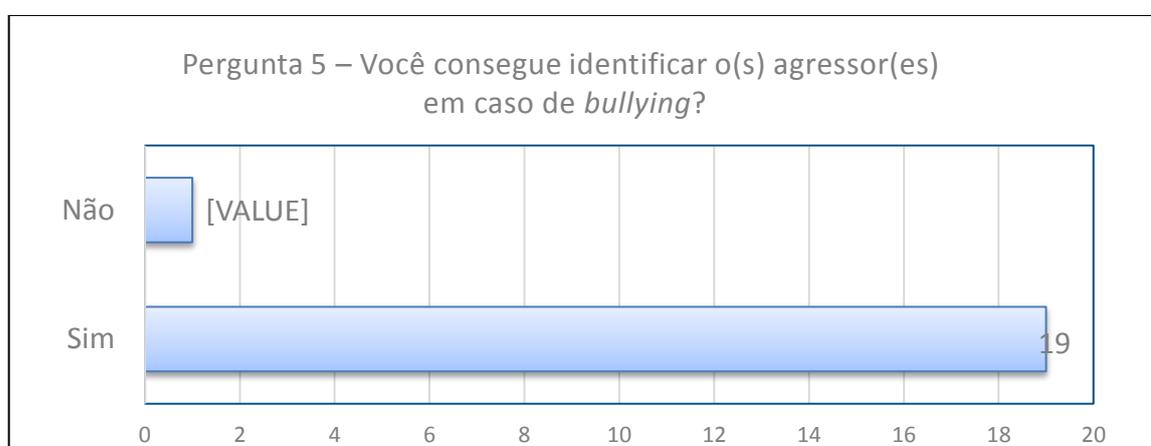


Gráfico 6 – Professores que conseguem identificar o agressor em caso de *bullying*

É bastante relevante o fato de que a maioria dos professores participantes deste questionário saiba identificar os agressores em casos de *bullying*, pois pressupõe-se que, uma vez identificados os agressores, os professores se posicionem para que este aluno corrija o seu comportamento. Além disso, com esta identificação comportamental, é possível que o professor, a escola e os pais trabalhem as questões relacionadas à socialização daquele aluno em busca de uma cultura da paz.

Seria muito positivo se, em um universo maior de professores, fosse observado que a maioria consegue identificar uma vítima de *bullying*. E, caso esses professores conseguissem realizar um trabalho preventivo nas escolas em que trabalham, certamente diminuiriam a prática do *bullying* nesse ambiente. Dessa forma, a criança e o adolescente estariam mais protegidos no ambiente escolar.

Quanto ao professor que não consegue identificar o agressor em caso de *bullying*, esperava-se que fosse capaz de identificá-lo, uma vez que, na Pergunta 1, a totalidade dos professores entrevistados (100%) sabia o significado de *bullying* (Gráfico 2). Assim, era possível supor que todos os respondentes identificassem o comportamento dos autores envolvidos nesta prática agressiva, e que fossem capazes de identificar as condutas do agressor. Por isso, é necessário que os professores se atualizem e busquem o conhecimento em questões que envolvam a prática de ensino, por meio de literaturas específicas ou cursos.

Talvez este professor não consiga identificar o agressor em caso de *bullying* por nunca ter testemunhado uma agressão, já que geralmente as agressões ocorrem em locais com pouca supervisão dos adultos, ou por não ser capaz de distinguir a violência verbal que acontece de forma velada, não compreendendo o uso de determinadas palavras com finalidade de humilhar e depreciar o outro. Fante relata que:

[...] verificamos o despreparo dos próprios professores, que não conseguem detectar esses problemas com facilidade, uma vez que as condutas *bullying* ocorrem dentro da sala de aula, expressas por linguagem não verbal, por olhares intimidatórios, desqualificantes e atemorizadores, por risadinhas e muxoxos, ou por atitudes corporais nos intervalos de aula, durante a troca dos professores. (FANTE, 2011, p. 70).

Buscando facilitar a tarefa de identificação dos agressores, o pesquisador Dan Olweus sugeriu algumas perguntas que os pais e professores podem responder de acordo com o comportamento dos filhos e alunos:

- Faz brincadeiras ou gozações, além de rir de modo desdenhoso e hostil?
 - Coloca apelidos ou chama pelo nome ou sobrenome dos colegas, de forma malsoante?
 - Insulta, menospreza, ridiculariza, difama?
 - Faz ameaças, dá ordens domina e subjuga? Incomoda, intimida, empurra, picha, bate, dá socos, pontapés, beliscões, puxa os cabelos, envolve-se em discussões e desentendimentos?
 - Pega dos outros colegas materiais escolares, dinheiro, lanches e outros pertences, sem o seu consentimento?
- (OLWEUS apud FANTE, 2011, p. 75).

É provável que alguns professores não tenham compreendido que devem contribuir com a prevenção da prática de *bullying* pelos alunos. Pode ser também que não tenham consciência de que a escola é responsável pela integridade dos alunos enquanto estão em suas dependências. Por este motivo, faz-se urgente o trabalho de capacitação dos professores quanto às questões relacionadas ao *bullying*.

- **Pergunta 6: Você consegue identificar o(s) agressor(es) em caso de *cyberbullying*?**

Quando questionados se conseguem identificar os agressores em caso de *cyberbullying*, sete professores (35%) responderam “sim” e 13 (65%) responderam “não”. O Gráfico 7 apresenta a resposta dos respondentes à Pergunta 6.

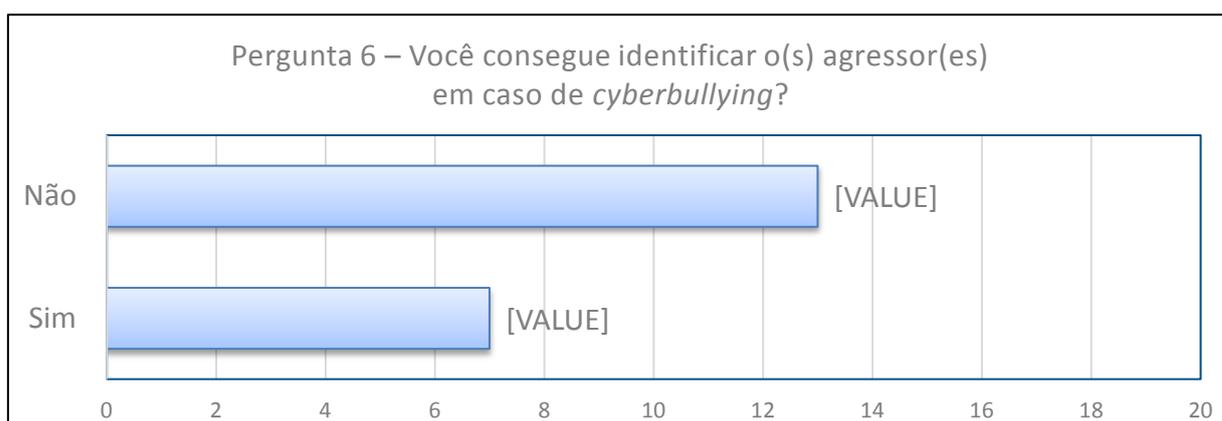


Gráfico 7 – Professores que conseguem identificar o agressor em caso de *cyberbullying*

É possível que um grande número de professores não consiga identificar os agressores em casos de *cyberbullying*, porque na maioria das vezes eles são anônimos, conforme mencionado em 3.2. Além disso, não é possível descrever um padrão comportamental dos agressores no *cyberbullying*. A ilusão do anonimato leva muitas crianças e adolescentes que não têm coragem de praticar o *bullying* a praticar *cyberbullying*, escondendo-se atrás de perfis falsos. Neste sentido, Maldonado cita que “alguns adolescentes tímidos, de temperamento reservado, quase invisíveis para colegas e professores, liberam seus impulsos agressivos transformando-se em “monstros da internet”. (MALDONADO, 2011, p. 66-67).

No âmbito familiar, os pais dos agressores também devem estar atentos ao uso da internet pelos filhos. Por isso, é importante o diálogo entre professores e pais dos alunos para fornecer este tipo de orientação. Além disso, é de extrema

importância que os professores auxiliem os alunos a desenvolverem uma conduta ética para utilizarem a internet de forma saudável e também conscientizá-los quanto às leis existentes que protegem as vítimas e punem os autores. Assim, Maldonado (2011) frisa a importância de professores manterem um diálogo ativo com os alunos, família e comunidade:

Pais e educadores desejam o mesmo: que as crianças e os adolescentes sob seus cuidados se desenvolvam em segurança. Portanto, precisam consolidar uma parceria eficiente. Afinal, a casa e a escola são fatias do mundo em que crianças e adolescentes passam a maior parte do tempo aprendendo a ser e a conviver. (MALDONADO, 2011, p. 97).

- **Pergunta 7: Você se sente preparado(a) para intervir em uma situação de *bullying* ou *cyberbullying*?**

O objetivo da Pergunta 7 é verificar se os professores entrevistados sentem-se preparados para intervir em uma situação de *bullying* ou *cyberbullying*. Mais da metade dos entrevistados, precisamente, 14 professores (70%) sentem-se preparados para intervir e seis (30%) não se sentem (Gráfico 8).

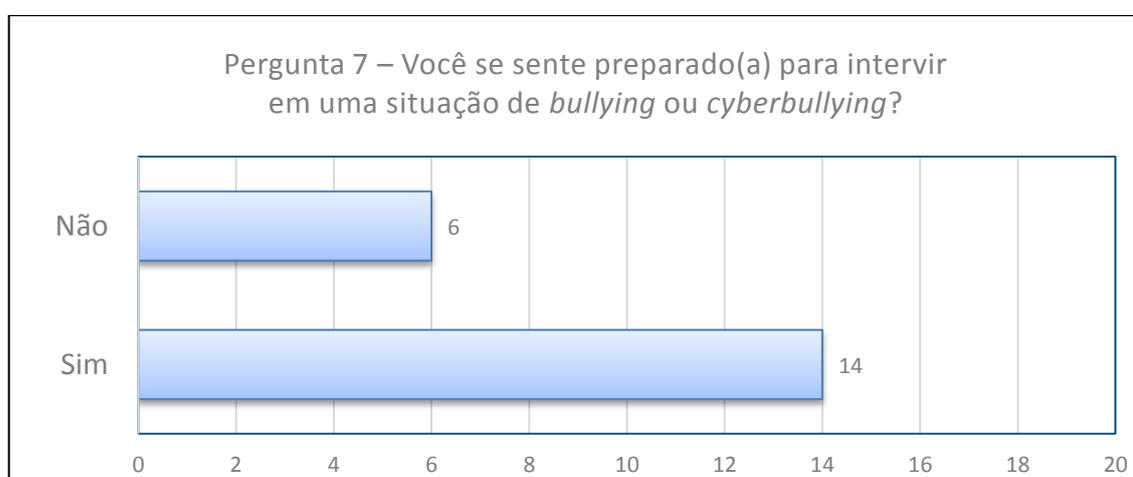


Gráfico 8 – Sentimento dos professores em relação à intervenção em situações de *bullying* ou *cyberbullying*

O fato de 70% dos professores entrevistados se sentirem preparados para intervir em casos de *bullying* e *cyberbullying* é bom, considerando-se que estes professores sabem o significado destes conceitos e conseguem interferir na realidade, podendo conscientizar os alunos e mudar a conduta dos que praticam.

Contudo, há 30% (seis) dos professores respondentes que se sentem despreparados para intervir em situações de *bullying* e *cyberbullying*. Isto demonstra que este assunto ainda não é dominado pela a totalidade dos professores,

ensejando que ainda há muito o que se fazer no sentido de capacitar os professores para que consigam lidar com estas demandas.

Vale frisar que é imprescindível que a escola seja um espaço que garanta a proteção dos alunos e seu bem-estar. Desta forma, a escola e os professores são responsáveis pelos alunos, e devem proporcionar um ambiente seguro. Neste sentido, é importante que os professores orientem os alunos para que suas interações sejam sempre saudáveis, respeitosas e nunca violentas. Para garantir que os alunos não reproduzam comportamentos violentos aprendidos em família ou em sociedade, Fante sugere que:

Para alcançarmos êxito na redução da violência, precisamos, primeiramente, conquistá-la na escola, por ser lá que os primeiros sinais da violência se manifestam entre os alunos. [...] a escola deve ensinar os alunos a lidarem com suas emoções para que não se envolvam em comportamentos violentos, transformando-os em agentes disseminadores de uma cultura da paz que se estenda aos seus demais contextos de vida. (FANTE, 2011, p. 209).

- **Pergunta 8: Na escola em que você trabalha existe algum projeto de combate ao *bullying* e *cyberbullying*?**

A Pergunta 8 identifica se a escola em que os entrevistados trabalham possui projeto de combate ao *bullying* e *cyberbullying*. Somente um professor (5%) respondeu que a escola em que trabalha promove um trabalho de combate, enquanto 19 professores (95%) trabalham em escolas que não se preocupam em combater este problema. Isto demonstra a pouca importância que as escolas dão em tratar preventivamente do assunto (Gráfico 9).

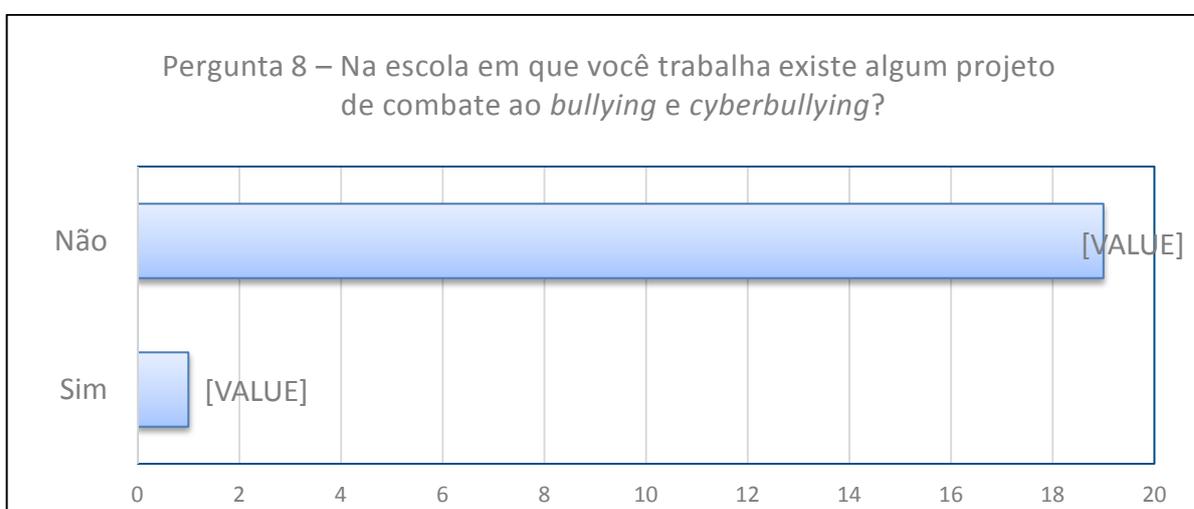


Gráfico 9 – Escolas que possuem projeto de combate ao *bullying* e *cyberbullying*

Já foi mencionada neste trabalho (4.3) a importância dos programas *antibullying*. Os próprios educadores podem desenvolver o programa nas turmas, promovendo debates sobre o tema, elaboração de contratos de boa convivência e sugerindo livros com esta temática para a leitura extraclasse. Talvez os professores esperem que a escola promova um programa integrado, envolvendo todos os profissionais de educação. Entretanto, há a possibilidade de os próprios professores desenvolvê-lo em suas turmas. Com isso, além de obterem resultados positivos em suas turmas, podem incentivar os outros professores a desenvolverem o mesmo trabalho em outras turmas. Os resultados em escolas que implantaram programas *antibullying* são positivos; é o que aponta Teixeira:

Os estudos e pesquisas realizados em escolas onde programas antibullying foram implantados revelam que há uma redução em mais de cinquenta por cento dos casos de bullying escolar, além da diminuição de comportamentos de conduta [...]. Há também uma melhora nas relações entre alunos e professores, promovendo um clima de amizade, cooperação e disciplina que favorece a aprendizagem de todos. (TEIXEIRA, 2010, p. 92).

- **Pergunta 9: Você já participou de alguma capacitação sobre o tema?**

Na Pergunta 9, o objetivo é verificar se os professores já participaram de alguma capacitação sobre o tema. Dois professores respondentes (10%) já participaram, enquanto que 18 (90%) ainda não participaram de capacitação sobre o assunto. O Gráfico 10 representa o número de professores capacitados quanto ao tema em relação ao número de professores não capacitados.

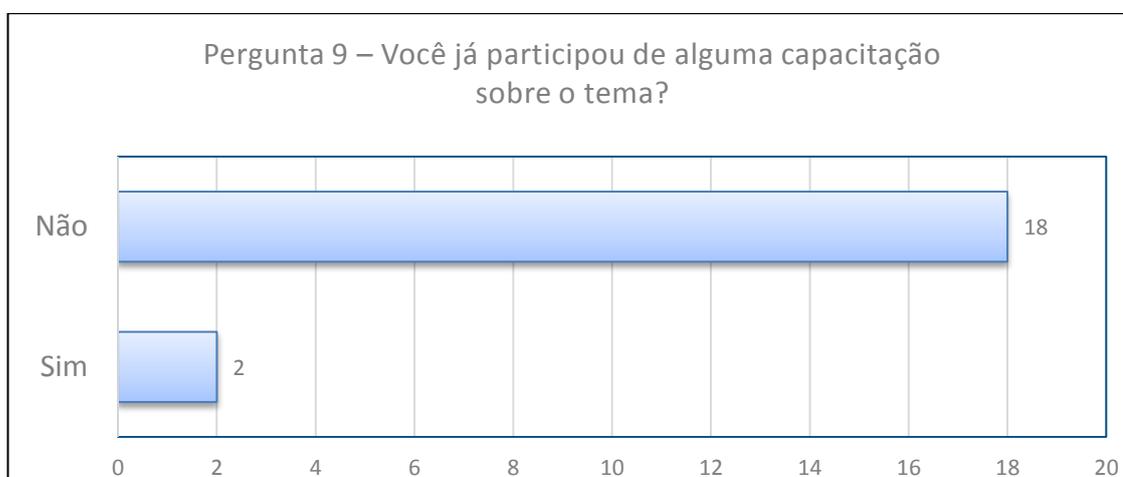


Gráfico 10 – Professores capacitados quanto ao tema

A capacitação oferece aos professores o conhecimento necessário acerca do tema e orienta sobre maneiras de prevenir as práticas de *bullying* e *cyberbullying*. Uma vez que a quase totalidade dos professores entrevistados não foi capacitada, entende-se o porquê de boa parcela destes professores não se sentirem preparados para intervir em situações de *bullying* e *cyberbullying* (seis professores, 30%, Gráfico 8) ou de não desenvolverem trabalhos preventivos nas suas escolas (19 professores, 95%, Gráfico 9).

O assunto *bullying* e *cyberbullying* vem exigindo a atenção da família, escola e comunidade, pois tal prática violenta gera consequências muitas vezes irreparáveis na vida das vítimas. Quando os professores possuem uma capacitação sobre o tema, podem trabalhar preventivamente, atingindo ótimos resultados em suas turmas. Contudo, os professores sem preparo acabam não desenvolvendo trabalhos preventivos e em nada contribuem para diminuir os comportamentos de violência entre os alunos. Para Silva, os professores devem ter uma boa formação intelectual, técnica, psicológica e pessoal:

Para que esta batalha tenha um final feliz, devemos fortalecer nossos educadores, exigindo políticas públicas e privadas que disponibilizem recursos significativos para sua formação intelectual, técnica, psicológica e pessoal. Somente dessa forma eles poderão ter o comprometimento, o engajamento e a segurança de que necessitam para abraçar de corpo e alma essa causa heroica: educar crianças e adolescentes para uma vida de cidadania plena, em que direitos e deveres que hoje só existem no papel sejam de fato exercidos e respeitados no dia a dia. (SILVA, 2015, p. 196).

- **Pergunta 10: Você acredita que o professor consiga reverter uma situação de *bullying* e *cyberbullying* entre os alunos?**

Na Pergunta 10, que deseja saber se o respondente acredita que um professor consiga reverter uma situação de *bullying* e *cyberbullying* entre os alunos, 15 professores (75%) acreditam na reversão e cinco (25%) dos entrevistados não acreditam. O Gráfico 11 representa a quantidade de professores que acredita na reversão da situação *versus* a quantidade de professores que não acredita.

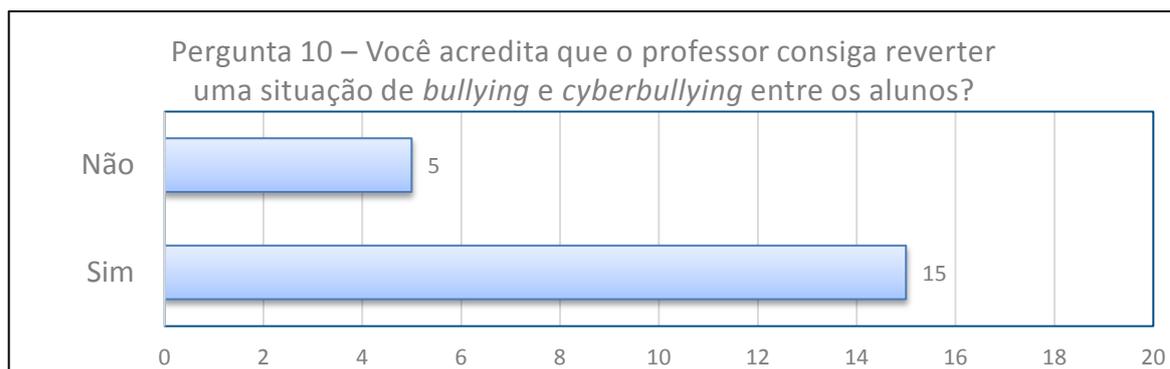


Gráfico 11 – Professores que acreditam na reversão de casos de *bullying* e *cyberbullying*

É provável que a maioria dos professores respondentes (75%) não acredite na reversão dos casos por não terem se capacitado sobre o assunto. Conforme visto no resultado da pergunta anterior (Gráfico 10), somente dois professores (10%) foram capacitados. O conhecimento conquistado por meio de uma dedicação de estudos bibliográficos conseguidos por meio de capacitação proporciona a compreensão da prática do *bullying* e *cyberbullying* a fundo. Se os entrevistados fossem capacitados, saberiam que um professor pode contribuir positivamente diante de uma situação concreta de *bullying* ou *cyberbullying*. Nesta perspectiva, “os professores devem lidar e resolver efetivamente os casos de *bullying*, enquanto as escolas devem aperfeiçoar suas técnicas de intervenção e buscar a cooperação de outras instituições”. (FEKKES et al., 2005, apud NETO, 2005).

William Matos cita uma orientação fornecida na cartilha lançada pelo Conselho Nacional de Justiça aos responsáveis pelos estabelecimentos de ensino nos casos de *bullying*:

A escola é responsável pelos casos de Bullying, pois é lá onde os comportamentos agressivos e transgressores se evidenciam ou se agravam na maioria das vezes. A direção da escola (como autoridade máxima da instituição) deve acionar os pais, os Conselhos Tutelares, os órgãos de proteção à criança e ao adolescente etc. Caso não o faça, poderá ser responsabilizada por omissão. Em situações que envolvam os atos infracionais (ou ilícitos) a escola também tem o dever de fazer a ocorrência policial. Dessa forma, os fatos podem ser devidamente apurados pelas autoridades competentes e os culpados responsabilizados. Tais procedimentos evitam a impunidade e inibem o crescimento da violência e da criminalidade infantojuvenil. (MATOS, 2012, p. 134).

Fante (2011) sugere que “para alcançarmos êxito na redução da violência, precisamos, primeiramente, conquistá-la na escola, por ser lá que os primeiros sinais de violência se manifestam entre os alunos” (p. 209). A autora acredita que a escola seja capaz de ensinar os alunos a lidarem com as suas emoções, e que uma vez orientados psicologicamente, eles consigam propagar uma cultura de paz em outros

contextos da sociedade. Isso corrobora a necessidade de os professores trabalharem no sentido de orientarem os alunos para a prevenção dos casos de violência.

- **Pergunta 11: Você acredita que outros atores devem estar envolvidos para reverter uma situação de *bullying* e *cyberbullying* entre os alunos?**

A Pergunta 11 serve para identificar se os professores entrevistados acreditam que outros atores devam ser envolvidos para que os casos de *bullying* e *cyberbullying* sejam solucionados. Dos respondentes, 18 professores (90%) acreditam, e dois (10%) não acreditam. A percepção dos professores entrevistados de que vários atores podem colaborar na reversão de um caso está correta. Realmente, as pessoas precisam interferir na prática para que esta cesse, e também que os agressores sejam orientados a não mais praticarem os atos e as vítimas não tenham prejuízos morais e físicos. O Gráfico 12 representa a quantidade de professores entrevistados que acreditam no sucesso deste envolvimento de outros atores e dos que não acreditam.

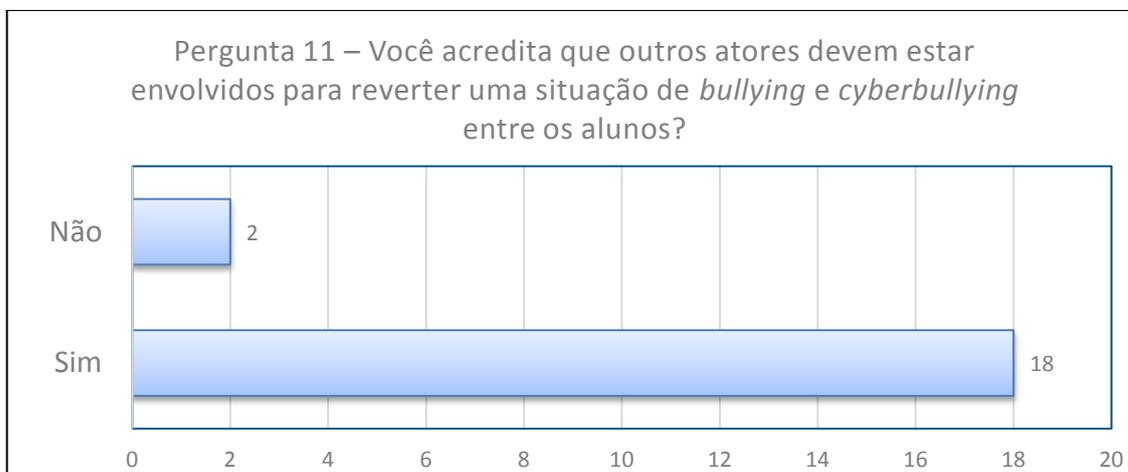


Gráfico 12 – Professores que acreditam no sucesso do envolvimento de outros atores para a reversão de situações de *bullying* e *cyberbullying*

O professor consegue agir quando tem conhecimento de uma situação de *bullying* ou *cyberbullying* entre alunos. Primeiramente, deve relatar os fatos à direção escolar e aos responsáveis pelos envolvidos. Posteriormente, deve conversar com os alunos envolvidos, para tentar chegar a um acordo, juntamente com a equipe de apoio (direção, coordenação, orientador pedagógico, psicólogo da escola).

Após esta conversa, em relação ao agressor, deve avaliar como este pode ser punido, mas também realizar um trabalho de conscientização, visando desenvolver empatia e promover a paz. Pode desenvolver algum trabalho de monitoria para orientar os outros alunos sobre assuntos pertinentes ao tema *bullying* e *cyberbullying*.

Já a vítima precisa de apoio da escola, dos familiares e amigos. É provável que o seu rendimento acadêmico tenha sofrido alguma piora, pois este aluno pode ter desenvolvido alguns sintomas de ordem psicológica, como depressão, ansiedade, que interfere em seu desempenho. Para reverter este quadro, precisará do apoio de um profissional em psicologia ou psiquiatria.

É possível que o agressor precise de alguma orientação de profissionais em psicologia, pois podem apresentar uma agressividade que camufla algum problema de ordem psicológica. A plateia também precisa de orientação; por isso, a importância dos trabalhos preventivos promovidos pelos professores. Neste âmbito, Almeida (2008) defende que:

A implantação de programas voltados a políticas anti-bullying têm apresentado resultados satisfatórios na redução da incidência e prevalência dos casos. Com o intuito de manejá-los adequadamente a família tem que estar atenta a mudanças de personalidade do filho, os educadores têm que saber reconhecer o problema e saber intervir adequadamente e o pediatra e médico de família devem aprender a identificar, durante a consulta, a ocorrência de bullying através de uma anamnese bem dirigida para obter informações que os possibilite agir por meios adequados. (ALMEIDA et al., 2008).

- **Pergunta 12 – Você permite que seus alunos façam parte de seus contatos em suas redes sociais?**

A Pergunta 12 tenta saber se os professores permitem que seus alunos façam parte das suas redes sociais. Os professores entrevistados que o permitem são 11 (55%) e os que não o permitem são nove (45%). No Gráfico 13 estão representados estes resultados.

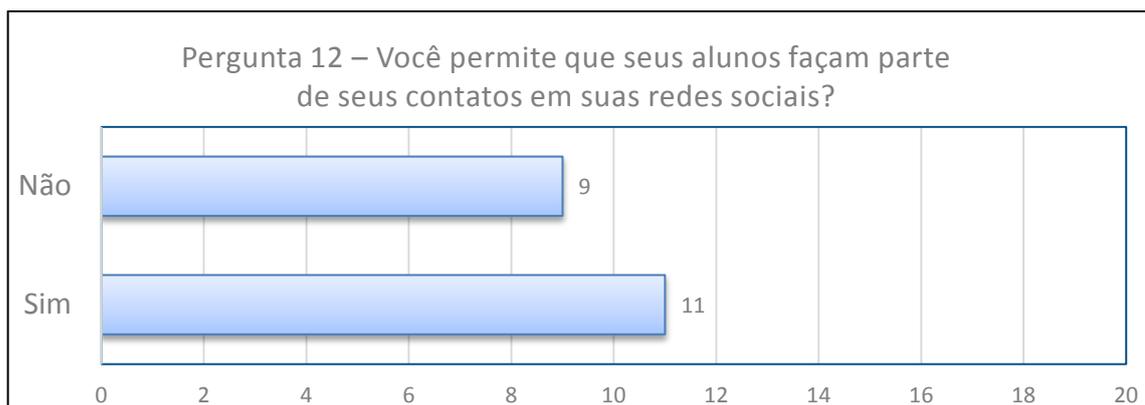


Gráfico 13 – Professores que permitem que seus alunos integrem suas redes sociais

Os professores sentem-se obrigados a acompanhar os avanços tecnológicos. Não seria diferente em relação a fazerem parte de redes sociais. Enquanto donos de perfis nestas redes, muitos alunos enviam convites de amizade, pois fazer parte das redes sociais é uma realidade do cotidiano, tanto dos professores quanto dos alunos. Assim como uma regra geral, os professores que possuem alunos em suas redes devem usar a ética em suas publicações e sempre dar o bom exemplo aos alunos.

Muitos professores acabam utilizando as redes sociais com fins pedagógicos. Isso é uma forma muito positiva de utilização da tecnologia a favor da educação. Dos professores entrevistados, 11 (55%) permitem que os alunos integrem as suas redes. Isso é muito positivo, pois nesse espaço, os professores podem promover debates e compartilhar materiais para uso em sala de aula. Maldonado afirma que “o uso das redes sociais para disseminar conhecimentos e informações úteis também é um recurso precioso”. (MALDONADO, 2011, p. 84). Nesse sentido, o espaço virtual:

Pode ser utilizado pelas escolas para dar significado às experiências dos estudantes, serve como espaço público de discussão sobre os diferentes temas, propício para trabalhar as relações, laços afetivos, diagnosticar preferências, desenvolver o pensamento holístico, trabalhar a linguagem digital, deparar com posições conflitantes sobre os mais variados assuntos, trabalhar cooperativamente assuntos de interesse do aluno e inúmeras estratégias, de acordo com a criatividade e objetivos dos alunos e professores. (MACHADO; TIJIBOY, 2005).

Os professores acabam conhecendo melhor os seus alunos no ambiente *online*, podendo entender a melhor maneira de abordagem individual. Além disso, podem perceber que alguém está sofrendo *cyberbullying* e intervir a tempo, comunicando aos pais e direção da escola, promovendo uma solução para o caso.

É provável que os professores que não permitem que os alunos participem de suas redes sociais (nove professores, 45%, Gráfico 13) não gostem de expor a sua vida pessoal para os alunos, o que é um direito seu, ou que eles ainda não saibam utilizar adequadamente a tecnologia e nem tenham redes sociais. Neste último ponto, o professor precisa desenvolver esta habilidade, tendo em vista a importância de ter este conhecimento nos dias de hoje. Conforme citado em 4.3, os professores devem se atualizar sempre para desempenhar bem a sua função, e isso requer dedicação.

Por fim, é importante mencionar que quando é o professor quem sofre *cyberbullying* por parte dos alunos, em suas redes sociais, também deve tomar as providências cabíveis. Segundo Silva:

Quando um professor sofre ameaça ou qualquer forma de maus-tratos por parte dos alunos [...] ele deve procurar a direção da escola rapidamente. Em caso de omissão por parte da instituição, ele deverá se dirigir, por conta própria, a uma delegacia de polícia para fazer um boletim de ocorrência. (SILVA, 2015. p. 190).

- **Pergunta 13 – Você já testemunhou algum caso de *cyberbullying* através de suas redes sociais (seja com seus alunos ou não)?**

Quando perguntados se já testemunharam casos de *cyberbullying* através de suas redes sociais, sendo as vítimas seus alunos ou não, oito professores (40%) responderam que já testemunharam esta prática em suas redes sociais, enquanto 12 professores respondentes (60%) nunca presenciaram tal prática em suas redes sociais. Os resultados da Pergunta 13 estão representados abaixo (Gráfico 14).



Gráfico 14 – Professores testemunhas de casos de *cyberbullying*

Espera-se que os professores que testemunharam casos de *cyberbullying* tenham tomado alguma providência para ajudar o aluno, como comunicar à família

ou conversar com a vítima, explicando o que pode ser feito para solucionar o problema.

É importante lembrar que existem muitas redes sociais, e talvez os professores não façam parte de muitas. Outro fato importante a ser lembrado é que há muitos espaços *on-line* além das redes sociais em que os agressores praticam o *cyberbullying*. São exemplo de *cyberbullying*: publicar vídeos no YouTube com a intenção de humilhar a vítima (inclusive vídeos pornográficos); compartilhar fotos através de aplicativos de trocas de mensagens, como o Messenger ou WhatsApp, com a intenção de prejudicar a vítima; enviar e-mails ou mensagens com caráter intimidatório; criar perfis falsos de blogs, *fotologs* ou em redes sociais; invadir senhas e e-mails; fazer-se passar pela vítima. (MATOS, 2012, p. 99). Ou seja, testemunhar uma situação de *cyberbullying* pode se tornar uma tarefa bem difícil, uma vez que existem inúmeras formas de prática.

- **Pergunta 14 – Você já foi vítima de *cyberbullying* por parte de algum aluno seu?**

Na Pergunta 14, que objetiva saber se os professores entrevistados já foram vítimas de *cyberbullying*, a resposta foi unânime: todos os professores respondentes (20 professores, 100%) responderam “não”. O resultado desta Pergunta 14 está representado no Gráfico 15.

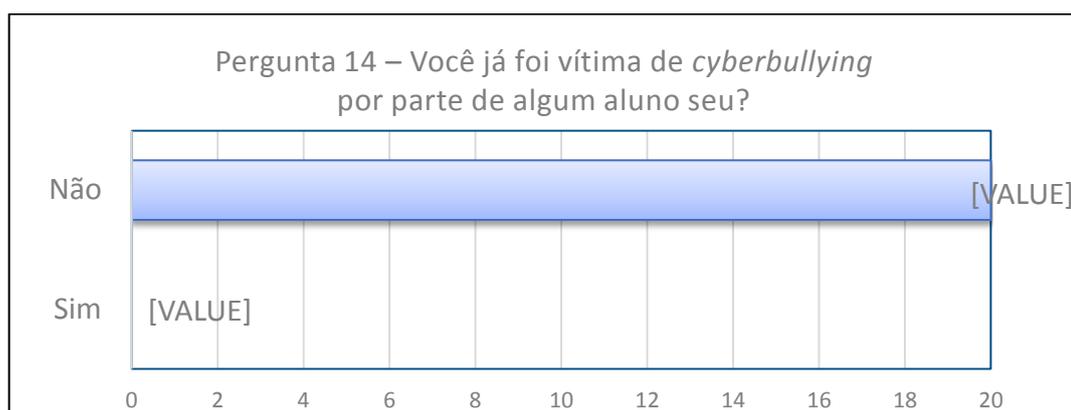


Gráfico 15 – Professores vítimas de *cyberbullying* por parte de seus alunos

O fato de nenhum professor ter sofrido *cyberbullying* é positivo; todavia, não exclui o dever de os professores abordarem as questões relativas ao uso da internet com responsabilidade pelos alunos. Silva esclarece que:

Educar é fornecer conteúdo e também preparar os jovens para a vida. Dentro deste conceito, é também papel da escola [...] orientar seus alunos para o uso responsável, solidário e ético dos recursos tecnológicos, alertando-os sobre todos os perigos que tais ferramentas podem esconder. Essa responsabilidade escolar deve ser compartilhada com os pais e familiares dos alunos por meio de palestras, indicação de livros e filmes, divulgação de textos por e-mail, distribuição de cartilhas e desenvolvimento de projetos artísticos que premiem o combate ao cyberbullying. (SILVA, 2015, p. 151-152).

Os professores podem trabalhar, por exemplo, com as narrativas dos livros *Perseguição*, de Tânia Alexandre Martinelli (MARTINELLI, 2009), e *A face oculta*, de Maria Tereza Maldonado (MALDONADO, 2009). Após a leitura dos livros pelos alunos, estes podem apresentar a história por meio de encenações; refletir sobre as consequências visualizadas em cada história; apontar soluções para solucionar os casos de *bullying* e *cyberbullying* que aconteceram nas narrativas.

- **Pergunta 15 – Gostaria de acrescentar algum relato?**

O propósito da Pergunta 15 era dar oportunidade ao professor entrevistado relatar alguma experiência, acrescentar alguma história que tenha conhecimento, ou dar alguma sugestão em relação ao tema. Apenas três professores (15%) responderam, contribuindo com a coleta de dados. Na Tabela 6 é possível visualizar algumas das respostas mais significativas dos professores.

Tabela 6 – Relatos dos professores respondentes (Pergunta 15)

Primeiro relato	A nova mania de envio de nudes tem causado muitos transtornos, pois essas fotos acabam vazando em grupos de WhatsApp e traz transtorno à vida de quem envia. Os grupos de WhatsApp e do Facebook tem tornado a prática de ridicularizar o colega.
Segundo relato	A escola não está preparada para lidar com esses assuntos e isso associa-se ao medo da repercussão que ele pode trazer, caso venha à tona.
Terceiro relato	Acredito que falta orientação e acompanhamento por parte dos pais em relação à conduta dos alunos, em como tratar o próximo.

O primeiro relato diz respeito à prática do envio de fotos e vídeos com nudez, popularmente conhecidos como *nudes*⁴, através de um aplicativo de aparelhos celulares, o WhatsApp.

⁴ Quando se fala em envio, recebimento ou compartilhamento de fotografias do corpo nu, com a especificidade de ser o próprio corpo o fotografado, o termo usado hoje no Brasil é *nudes*. (NICARETTA; HENNIGEN, 2016).

O segundo relato é uma preocupação em relação ao despreparo da escola para tratar o *bullying* e *cyberbullying*. Algumas escolas chegam a negar a existência de práticas de *bullying* em seu território. Isso já demonstra uma falta de conhecimento do assunto, pois, conforme visto em 3.1, esta prática ocorre em todas as escolas, independente da sua localização e da classe social dos alunos. Ou pode ser que a escola tema a repercussão que isso pode ter na comunidade.

O terceiro comentário diz respeito ao fato de os pais dos alunos não os educarem para desenvolver uma inteligência interpessoal. Neste sentido, Maldonado (2011) afirma que “em muitas famílias, as crianças crescem como reis e os adultos se transformam em súditos, sempre prontos a realizar seus desejos sem as educar para a reciprocidade e para a participação no espaço coletivo”. (p. 113).

Em relação ao fato de que as crianças acabam crescendo sem a educação familiar, Matos aponta que:

Na opinião dos professores, a origem dos maus tratos e do Bullying em ambiente escolar é, em grande parte, familiar. Os professores acreditam que o ambiente familiar não socializa a criança para o convívio social e estimula que ele empregue comportamentos violentos na escola. De acordo com os discursos dos professores a influência da família se realiza das seguintes formas:

- A ocorrência da violência doméstica estimula comportamentos violentos fora do seio da família. [...]
- A negligência dos pais em relação à vida escolar dos filhos e sua omissão em relação ao desenvolvimento pessoal e à aprendizagem escolar. [...]
- A falta de apoio emocional, a depreciação e estigmatização dos filhos pelos pais, o que geraria crianças inseguras, com dificuldades de relacionamento interpessoal, com baixa autoestima e necessidade de obter aceitação social através de atitudes agressivas de autoafirmação e pertencimento ao grupo.
(MATOS, 2012, p. 52).

É importante ressaltar que os pais são responsáveis pelas crianças, adolescentes e jovens, e devem garantir que eles cresçam não só com a educação escolar, mas também com a educação voltada para os valores que regem as suas vidas.

- **Pergunta 16 – Na escola em que você trabalha, os professores se relacionam com a família dos alunos? Como?**

O objetivo da Pergunta 16 é verificar como os professores se relacionam com a família dos alunos. Essa pergunta tem muita relevância, tendo em vista que o

bullying e *cyberbullying* podem ser evitados ou solucionados a partir de uma interação entre escola, família e comunidade, como um todo.

A maioria das respostas sugere que os professores possuem um relacionamento muito superficial com os pais dos alunos, restritos apenas a poucos momentos, como em reuniões de pais. A Tabela 7 apresenta algumas das respostas mais relevantes.

Tabela 7 – Relatos dos professores sobre como se relacionam com os familiares dos alunos nas escolas em que trabalham

1-	A maioria das famílias não comparece à escola, que tenta manter um vínculo com a família por acreditar que a formação da criança é uma parceria da escola com a família.
2-	Somente quando precisamos chamar o pai/responsável pelo aluno, ou em reuniões esporádicas. Para os alunos de Ensino Médio é mais complicado, que tem reuniões raras com pouco comparecimento dos pais
3-	Em reuniões de pais ou em situações específicas. Contudo, há pais que acompanham os filhos (minoridade).
4-	Não sei, acredito que não.
5-	Muito pouco, somente quando há interesse da parte dos pais.
6-	Sim, apenas de maneira profissional.
7-	Com reuniões.
8-	Não tenho conhecimento desse fato.
9-	Não tenho conhecimento desse fato.
10-	Apenas durante a reunião de pais e mestres.
11-	Relacionamento superficial, para tratar de assuntos de interesse dos alunos.
12-	Sim, nas reuniões e atividades da escola, ou quando são chamados.
13-	Na reunião de responsáveis e na ida dos mesmos à escola.
14-	Raramente. Quando ocorre é para falar sobre casos de indisciplina dos alunos.
15-	Raramente. Quando ocorre é para falar sobre casos de indisciplina dos alunos.
16-	Muito pouco.
17-	Se relacionam muito pouco. Percebo que o único contato é quando os pais querem falar diretamente com o professor (e isso somente é permitido com autorização da coordenação).
18-	Reuniões bimestrais, além disso, os pais são chamados à escola quando acontece algum problema com o aluno.
19-	Sim. Em reuniões e às vezes eles vão à escola.
20-	Sim. Em reuniões e às vezes eles vão à escola.

No relato 1, o professor respondente relata que as famílias não comparecem, embora a escola busque um vínculo com a família, por acreditar ser importante para a formação da criança.

Pelo relato 2, fica evidente que os pais pouco frequentam a escola onde o professor trabalha, ou comparecem muito pouco às reuniões marcadas. Outros relatos que evidenciam a presença rara dos pais são 3, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19 e 20. Ou seja, a maioria das respostas relata que os pais não

comparecem à escola, indo raramente às reuniões ou quando são convocados a comparecerem por algum motivo especial.

Três professores (relatos 4, 8 e 9 da Tabela 7) não souberam responder como ocorre o contato dos familiares dos alunos na escola em que trabalham. Este fator torna ainda mais difícil o trabalho *antibullying*, além de demonstrar que estes professores não têm ao menos o conhecimento da periodicidade com que os pais comparecem às escolas.

De maneira geral, as respostas à Pergunta 16 demonstraram que não há uma interação efetiva entre professores e pais de alunos. Isso é um fator negativo para o combate ao *bullying* e *cyberbullying*, já que este trabalho exige uma integração entre alunos, pais e escola.

Além disso, conforme mencionado em 4.1, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) prevê o direito dos pais ao conhecimento do processo educacional e à participação na definição das propostas educacionais. Então, deve a escola agir em consonância com este Estatuto, buscando o contato com os pais para conduzir a educação dos alunos da melhor maneira.

Diante de todo o exposto, a autora deste trabalho conclui que os professores conhecem os conceitos de *bullying* (100% dos entrevistados, 20 professores, Gráfico 2) e *cyberbullying* (100% dos entrevistados, 20 professores, Gráfico 3). Contudo, há muito a se fazer em relação à atuação dos professores, que demonstraram que as escolas não possuem trabalhos *antibullying*, embora esteja prevista na Lei do Bullying a prevenção do *bullying* nas escolas. Conforme visto no Gráfico 9, apenas um professor (5% dos respondentes) trabalha em escola que possui projeto de combate ao *bullying* e *cyberbullying*. Por isso, faz-se urgente a adequação das atividades pelas escolas, com a inclusão de projetos *antibullying* em sua rotina.

Quando se trata de *bullying*, os professores conseguem identificar as vítimas, em sua totalidade (20 respondentes, 100%, Gráfico 4), e, em quase sua totalidade, os agressores (19, 95%, apresentado no Gráfico 6). Já quando o assunto é *cyberbullying*, surgem as dúvidas na identificação dos atores desta prática: 55% dos entrevistados (11 professores, Gráfico 5) são capazes de identificar uma vítima e menos da metade dos entrevistados (sete, 35%, Gráfico 7) são capazes de identificar o agressor. Isto demonstra a urgência em capacitar os professores, visto que, neste questionário, apenas 10% dos entrevistados (dois professores, Gráfico 10) foram capacitados nos temas.

Apesar de ser positivo o fato de 75% (15 professores, Gráfico 11) dos entrevistados acreditarem que sejam capazes de reverter os casos de *bullying* e *cyberbullying*, ainda existe um percentual de 25% de professores (cinco professores, Gráfico 11) que não acreditam, o que pode ser considerado um número alto, tendo em vista que muitos alunos podem estar sem o tratamento adequado nestas situações.

6 CONCLUSÃO

Foi dito neste trabalho que o *bullying* é uma violência física ou psicológica contra uma pessoa ou um grupo, praticada por uma pessoa ou mais, de forma intencional e, geralmente, causa danos (materiais, psicológicos ou morais) à vítima. Este comportamento agressivo se repete no ambiente virtual, ocasionando o *cyberbullying*, o que amplia bastante os ambientes de violência, já que as novas gerações estão conectadas ao mundo virtual grande parte do tempo.

Durante a elaboração deste trabalho, a Netflix estreou a série *Thirteen reasons why* (março de 2017), produzida por Selena Gomez, que foi baseada no livro de mesmo título, de Jay Asher, publicado em 2009. A narrativa gira em torno da história de Hanna, uma adolescente que sofre *bullying* e *cyberbullying*, e decide cometer suicídio por não conseguir lidar com as questões que estas agressões trouxeram à sua vida.

Pode-se aproveitar o sucesso de *Thirteen reasons why* como uma oportunidade de debater o *bullying* e o *cyberbullying*, já que os adolescentes estão assistindo a ela. Contudo, é necessário abordar o tema de maneira responsável. Segundo a opinião da psicóloga Karen Scavacini, “a série traz a dor dos que ficaram e mostra como é difícil ser adolescente hoje, como a forma com que as pessoas estão desconectadas afeta a maneira pela qual olham para si mesmas e para os outros”. (GALILEU, 2017).

No entanto, as opiniões quanto ao seriado *Thirteen reasons why* se dividem. Por exemplo, o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Criança e do Adolescente e da Educação, do Ministério Público da Paraíba, considera que a série pode levar crianças e adolescentes a cometerem suicídio. O Centro de Apoio informa que “o ato de incentivar e instigar uma pessoa ao suicídio é crime, previsto no Código Penal, passível de pena de dois a seis anos de prisão”. (MPPB, 2017).

Por isso, a escola e a família devem estar atentas ao comportamento das crianças, jovens e adolescentes; acompanhar o seu desenvolvimento acadêmico; e, contribuir com sua educação sentimental e emocional. Dessa forma, o presente trabalho poderá ser uma ferramenta para auxiliar o corpo docente e a equipe gestora das escolas a prevenir e a saber como agir em situações concretas de *bullying* e

cyberbullying; constitui também uma breve referência dos aspectos legais, o que pode auxiliar vítimas a buscarem judicialmente defesa dos ataques sofridos.

A conclusão deste trabalho é que a escola tem responsabilidade em casos de *cyberbullying*, pois deve realizar trabalhos para o uso da internet com responsabilidade, e dar oportunidade de os alunos desenvolverem a inteligência interpessoal.

Outra conclusão deste trabalho é que apesar de os conceitos de *bullying* e *cyberbullying* estarem amplamente difundidos entre os professores, os trabalhos preventivos não estão acontecendo nas escolas. Além disso, de acordo com as respostas dos questionários, fica evidente que os professores não dominam o assunto. Portanto, é urgente que as escolas e os professores se mobilizem para que os programas *antibullying* sejam implantados e as porcentagens de casos reduzidas.

O papel da escola não se restringe somente à transmissão de conhecimento; é também um local onde as relações interpessoais são construídas. É primordial a garantia do bem-estar dos alunos, e por isso é necessário que o acolhimento e o respeito às diferenças sejam temas constantes em debates nas salas de aulas e demais locais de convivência. Espera-se que este trabalho contribua para que novas pesquisas sejam feitas para que os trabalhos pedagógicos tenham avanços e este problema seja combatido.

São necessários outros estudos mais abrangentes e aprofundados, para equacionar melhor o problema discutido neste trabalho, capacitar os professores, conscientizar todos os atores envolvidos e evitar as consequências nocivas do *cyberbullying*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Kathanne et al. **Importância da identificação precoce da ocorrência do bullying**: uma revisão de literatura. Revista de Pediatria, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/download/BULLYING/LEITURA%2011.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- BARCELOS, Renato. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Nova Mídia, socialização e adolescência**: Um estudo exploratório sobre o consumo das novas tecnologias de comunicação pelos jovens. 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/24512/000747049.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 out. 2016.
- BATISTA, Mônica de et al. **Um estudo sobre a história dos jogos eletrônicos**. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery, Juiz de Fora, MG, n. 3, jul. 2007. Disponível em: <<http://re.granbery.edu.br/artigos/MjQ4.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2016.
- BRASIL. **Código Penal**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. 1940.
- BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. 1990.
- BRASIL. **Código de Defesa do Consumidor**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. 1990.
- BRASIL. **Marco civil da internet**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. 2014.
- BRASIL. **Programa de Combate à Intimidação Sistemática**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. 2015.
- FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying**: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas, SP: Versus, 2011.
- GALILEU. Revista eletrônica. **3 razões para ver e outras 3 para não ver '13 Reasons Why'**. Matéria publicada em 5 maio 2017. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2017/05/3-razoes-para-ver-e-outras-3-para-nao-ver-13-reasons-why.html>>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- GUIMARÃES, Amanda. **Meu nome é Amanda**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2016.

KELLY, R. Electronic publishing at APS: its not just online journalism. **APS News Online**, Los Angeles, Nov. 1996. Disponível em: <<http://www.aps.org/apsnews/1196/11965.html>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

LEÃO, Letícia Gabriela Ramos. **O fenômeno bullying no ambiente escolar**. Artigo publicado em 2010 no periódico semestral Revista FACEVV. 2010. Disponível em: <<http://faculdadecnecebento.cneec.br/wp-content/uploads/sites/52/2015/10/O-FEN%C3%94MENO-BULLYING-NO-AMBIENTE-ESCOLAR.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

LIMA, Ana Maria de Albuquerque. **Cyberbullying e outros riscos na Internet**. Rio de Janeiro, RJ: Wak Editora, 2011.

MACHADO, Joicemegue; TIJIBOY, Ana Vilma. **Redes Sociais Virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa**. Revista Novas Tecnologias na Educação, maio, 2005. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/42899689/13798-48449-1-PB.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1497830615&Signature=qF88pW8mHLu5nCXV8qv6zqK%2B%2FEU%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DRedes_Sociais_Virtuais_um_espaco_para_e_f.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

MALDONADO, Maria Tereza. **A face oculta: uma história de bullying e cyberbullying**. São Paulo, SP: Saraiva, 2009.

MALDONADO, Maria Tereza. **Bullying: O que fazemos com o que fazem conosco?** São Paulo, SP: Moderna, 2011.

MARTINELLI, Tânia Alexandre. **Perseguição**. São Paulo, SP: Saraiva, 2009.

MATOS, William da Silva. **Conhecer para combater, identificar para prevenir Bullying e Cyberbullying: o curto caminho da inocência aos crimes digitais**. São Paulo, SP: All Print, 2012.

MOREIRA, Antonio; CANDAU, Vera. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos**. Artigo publicado em 2003 no periódico Revista Brasileira de Educação em maio/Jun./Jul./Ago. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/n23/n23a11.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

MPPB – **Ministério Público do Estado da Paraíba**. 30 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.mppb.mp.br/index.php/noticias-android/95-infancia-e-juventude/3929-mppb-alerta-para-jogos-e-seriados-que-induzem-jovens-a-suicidio-e-automutilacao-e-banalizam-bullying-preconceitos-e-estupro>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

NETO, Aramis. **Bullying: comportamento agressivo entre estudantes**. Jornal de Pediatria, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

NICARETTA, Fernanda; HENNIGEN, Inês. **O corpo nu autofotografado em vias digitais**: problematizando discursos. Pesquisa de mestrado. 2016. Disponível em: <http://www.encontroregionalsul2016.abrapso.org.br/resources/anais/19/1478944552_ARQUIVO_trabalhocompletoFernandaNicarettaABRAPSO2016.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2017.

ONU. Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 10 de Dezembro de 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2017.

SANTANA, Edésio. **Bullying & Cyberbullying**: agressões presenciais e a distância: O que os pais devem saber. São Paulo, SP: Edicon, 2011.

SCHREIBER, Fernando et al. Boletim Academia Paulista de Psicologia. Vol. 35, 2015. **Cyberbullying**: do virtual ao psicológico. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/946/94640400008/>>. Acesso em: 19 out. 2016.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying**: Mentres perigosas nas escolas. São Paulo, SP: Globo, 2015.

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual antibullying**: para alunos, pais e professores. Rio de Janeiro, RJ: Best Seller, 2010.

TODD, Amanda. Depoimento [7 set. 2012]. **My story**: Struggling, bullying, suicide, self harm. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vOHXGNx-E7E>>. Acesso em: 19 out. 2016.

VALLE, Nadja do Couto. **Pelos caminhos da educação**: Bullying, Cyberbullying e dependências. Rio de Janeiro, RJ: Novo Ser, 2011.

WAGNER, Adriana et al. **Adolescência e comunicação virtual**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2009.

APÊNDICE

Este apêndice tem o objetivo de apresentar ao leitor o questionário elaborado pela autora deste trabalho, que foi aplicado aos professores, possibilitando o levantamento de dados a partir das respostas, o que foi analisado no Capítulo 5.

Docente: M () F () Faixa etária: 20-30 () 31-40 () 41-50 () +50 ()
 Formação: Graduação () Pós-Graduação () Mestrado () Doutorado ()
 Escola: Pública () Privada ()
 Nível: Médio Ano: 1º () 2º () 3º () Turno: M () T () N ()

1 Você sabe o que significa *bullying*?

() Sim () Não

2 Você sabe o que significa *cyberbullying*?

() Sim () Não

3 Você consegue identificar uma vítima de *bullying*?

() Sim () Não

4 Você consegue identificar uma vítima de *cyberbullying*?

() Sim () Não

5 Você consegue identificar o(s) agressor(es) em caso de *bullying*?

() Sim () Não

6 Você consegue identificar o(s) agressor(es) em caso de *cyberbullying*?

() Sim () Não

7 Você se sente preparado(a) para intervir em uma situação de *bullying* ou *cyberbullying*?

() Sim () Não

8 Na escola em que você trabalha existe algum projeto de combate ao *bullying* e *cyberbullying*?

() Sim () Não

9 Você já participou de alguma capacitação sobre o tema?

() Sim () Não

10 Você acredita que o professor consiga reverter uma situação de *bullying* e *cyberbullying* entre os alunos?

() Sim () Não

11 Você acredita que outros atores devem estar envolvidos para reverter uma situação de *bullying* e *cyberbullying* entre os alunos?

() Sim. Quais? _____

() Não, só o professor.

12 Você permite que seus alunos façam parte de seus contatos em suas redes sociais?

Sim Não

13 Você já testemunhou algum caso de *cyberbullying* através de suas redes sociais (seja com seus alunos ou não)?

Sim Não

14 Você já foi vítima de *cyberbullying* por parte de algum aluno seu?

Sim Não

15 Gostaria de acrescentar algum relato? Caso deseje, poderá utilizar o espaço abaixo.

16 Na escola em que você trabalha, os professores se relacionam com a família dos alunos? Como?